



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Andréia Cristina Faria de Matos

**Uma análise dos programas de desenvolvimento da região Amazônica de 1960
a 1990: O projeto geopolítico da Amazônia**

Florianópolis

2024

Andréia Cristina Faria de Matos

Uma análise dos programas de desenvolvimento da região Amazônica de 1960 a 1990: O projeto geopolítico da Amazônia

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador(a): Prof. Dr. Helton Ouriques

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor

Matos, Andréia Cristina Faria de

Uma análise dos programas de desenvolvimento da região
Amazônica de 1960 a 1990 : O projeto geopolítico da
Amazônia / Andréia Cristina Faria de Matos ; orientador,
Helton Ricardo Ouriques, 2024.

68 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Amazônia. 3.
Geopolítica. 4. Desenvolvimento . 5. Ditadura. I.
Ouriques, Helton Ricardo. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III.
Título.

Andréia Cristina Faria de Matos

**Uma análise dos programas de desenvolvimento da região Amazônica de 1960 a 1990:
O projeto geopolítico da Amazônia**

Florianópolis, 11 de julho de 2024.

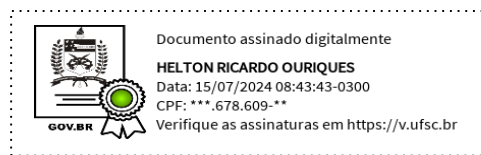
O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Helton Ricardo Ouriques Dr.
Orientador

Profa. Graciela de Conti Pagliari Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Fabio Padua dos Santos Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é **a versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.



Prof. Helton Ricardo Ouriques Dr.
Orientador

Florianópolis, 2024

Dedico esse trabalho a minha família e amigos.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer aos meus pais, Marta e André, que além de todo o apoio material, também forneceram uma base solidificada de perseverança, sem vocês nada disso seria possível. Agradecimentos também não são suficientes para reconhecer a importância de minhas irmãs, Samantha e Sabrina, que de maneira imprescindível foram responsáveis por metade da minha formação, obrigada por serem as melhores irmãs mais velhas do mundo e sempre me acolherem e aconselham, a presença de vocês em minha vida nessa jornada equivale a sorte de 1.0000 delas. Ao Maiky, que além de grande companheiro nos momentos de risada e felicidade, também madrugou diversas vezes para me buscar na gélida rodoviária de Curitiba, obrigada por seu carinho. As queridas Clara e Olivia, que em sua inocência ainda não sabem como com apenas suas existências e o amor são fonte de força vital e esperança nessa jornada. Não menos importante, obrigada também a Vó Sueli, Tio Jr, Tio Vagner, Barbara e Rafa, em que além de todo amor e cuidado de sempre, foram os responsáveis pela força tarefa de persuasão para que a chegada em Florianópolis fosse possível. Aos que partiram antes desse momento, Vô Noel e Vô Maria, obrigada por serem peças fundamentais para que isso fosse possível, e que além de todos os princípios também ensinaram a gentileza e o amor de uma balinha de hortelã, um bolo de fubá e um docinho depois do almoço, obrigada por deixarem a vida mais doce, a lembrança de vocês também adoça minha vida.

Agradeço também ao professor Helton, por ter me acompanhado durante essa trajetória. A admiração pelo trabalho do senhor é enorme, dessa forma agradeço por ter colocado no caminho algumas das principais matérias para minha formação acadêmica e seu tempo no desenvolvimento desse trabalho.

Meus agradecimentos também a minhas queridas amigas Ana, Juliana e Pedro, em que desde criança ensinaram a importância e zelo de uma amizade, cada música dançada no Xbox, cada volta de bicicleta, cada conversa na sacada constroem a melhor infância que poderia ter, mas além disso obrigada por também estarem presente na vida adulta, sem vocês esqueceria a simplicidade de uma amizade.

Ao meus amigos Aprendizes¹, obrigada por toda dancinha, fofoca e companheirismo durante todo esse período, especialmente obrigada Augusto por toda discussão sobre Avatar, assim como também cada filme logado no letterboxd. Ao Diego pelas recomendações musicais e composições da Lorde dissecadas. A

Eduarda por estar presente em todos os momentos e ter a sensibilidade de ter feito seu lar o meu também. A Luana por sempre me lembrar as modas antiga e me trazer mais perto de casa em momentos de saudade. Agradeço também ao Nicho, por ser a maior surpresa nessa graduação e ser meu melhor companheiro de kpop.

Ao Bateu (dono de muitos outros nomes), obrigada pelo afeto e acolhimento, obrigada por me entenderem quando muitas vezes nem eu me entendia. Luisa, por compartilhar sempre os fatos mais interessantes e ser um ótimo ombro amigo. Laís e Maria por todo incentivo de me tirar da zona de conforto, e também por todo conselho (acadêmico e pessoal) sou eternamente grata pela companhia de vocês durante esses anos. Em seu segmento aos queridos rejeitos, Vitor e Tanabe, os domingos à noite não seriam o mesmo sem a companhia de vocês para comer um quebra-gelo ou jogar um algo duvidável.

Agradeço também a Dani Rosinha, em que apesar de ter deixado a jornada de RI não nos deixou para trás, sempre presente nos momentos mais marcantes e regando nossa amizade com todo cuidado do mundo, obrigada por ser essa pessoal especial.

Também sou enormemente grata a todos os colegas de graduação que de alguma forma se fizeram presentes nessa jornada e contribuíram para o ganho de conhecimento. Em especial aos colegas de todas as gestões CARI, obrigada por todos os ensinamentos e convivências, não é um trabalho fácil, mas ter vocês ao lado torna possível. Agradeço também aos colegas envolvidos no UFSCMUN.

Por último, gostaria de agradecer também a todos os professores, técnicos, zeladores, cozinheiros, e trabalhadores envolvidos no funcionamento da UFSC, essa experiência só se tornou possível pelo trabalho árduo que fazem, agradeço por serem um pilar fundamental para a construção do conhecimento científico do país. Ademais, agradeço também a própria UFSC, por fornecer um ensino gratuito e de qualidade, em que apesar de todos os ataques as instituições públicas de ensino permanece forte e pronta para a luta.

RESUMO

O trabalho a seguir pretende analisar o projeto geopolítico designado para a Amazônia Brasileira a partir de 1960, o qual vai colocar o desenvolvimento da região como uma peça chave fundamental para o desenvolvimento brasileiro e sua projeção internacional. Dessa forma, utilizando da escola de geopolítica brasileira irá ser analisado os projetos realizados pelos militares, e seus impactos na região amazônica. O estudo também irá examinar a relação do desenvolvimento sustentável com o desenvolvimento da região amazônica a partir de 1990. Assim, para a análise desse trabalho serão utilizados conceitos de geopolítica e o marco teórico de desenvolvimento sustentável. Por meio desse estudo, busca entender os motivos pelos quais os militares tornaram a região amazônica como um foco de interesse, e os programas apresentados para que fosse possível a integração geográfica e econômica da região. Serão abordados também as consequências dos projetos implementados pelos militares e os vestígios de destruição e desmatamento que ocorreram. Por último, busca entender a forma com que se deu o posicionamento diante da Amazônia durante os governos militares, e a crescente de uma vertente de desenvolvimento sustentável, moldaram a atenção internacional para a região. O estudo conclui pontuando um novo posicionamento da Amazônia diante da política internacional e a importância de novos programas pertinentes a realidade do território, mediante a necessidade de promoção da sustentabilidade e da cooperação internacional.

Palavras-chave: Amazônia; Geopolítica; Desenvolvimento; Ditadura.

ABSTRACT

The following work aims to analyze the geopolitical project designated for the Brazilian Amazon from 1960 onwards, which positioned the region's development as a key element for Brazilian development and its international projection. Thus, drawing on the Brazilian geopolitical school, the planned development projects by the military will be examined, along with their impacts on the Amazon region. The study will also examine the relationship between sustainable development and the development of the Amazon region. Therefore, concepts of geopolitics and the theoretical framework of sustainable development will be used for this analysis. Through this study, it seeks to understand why the military made the Amazon region a focal point of interest and the programs presented to achieve the region's geographical and economic integration. The study will also address the consequences of the programs implemented by the military and the traces of destruction and deforestation that occurred. Finally, it aims to understand how the stance towards the Amazon during the military governments and the rise of a sustainable development approach shaped international attention towards the region. The study concludes by emphasizing a new positioning of the Amazon in international politics and the importance of new programs relevant to the territory's reality, driven by the need for sustainability and international cooperation.

Keywords: Amazon; Geopolitics; Development; Dictatorship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Amazônia Legal.....	21
Figura 2 - Mapa referente ao Plano de Integração.....	28
Figura 3 - Mapa da Rodovia Transamazônica.....	39
Figura 4 - Infográfico de Assassinatos no campo de 1985 - 1997.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
ESG	Escola Superior de Guerra
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
PIN	Plano Nacional de Integração
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
SNI	Serviço Nacional de Informações
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS	14
1.1.1	OBJETIVO PRINCIPAL	15
1.1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
1.2	METODOLOGIA	15
2	1960 E A VIRADA GEOPOLÍTICA NA AMAZÔNIA	18
2.1	O CENÁRIO DO PLANEJAMENTO PARA AMAZÔNIA ATÉ 1964	18
2.2	O GOLPE MILITAR, A ESCOLA DE GEOPOLÍTICA BRASILEIRA E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PARA AMAZÔNIA	23
2.3	GOLBERY DO COUTO E SILVA	26
2.4	MEIRA MATTOS	29
3	PLANEJAMENTO ECONÔMICO E INDUSTRIAL PARA REGIÃO AMAZÔNICA DURANTE 1970	32
3.1	OPERAÇÕES AMAZÔNIA	33
3.2	PROGRAMA DE POLOS AGROPECUÁRIOS E AGROMINERAIS DA AMAZÔNIA (POLAMAZÔNIA)	36
3.3	AS CONSEQUÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO	38
4	UM NOVO PROJETO: AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL	46
4.1	AMBIENTALISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	46
4.2	A PANAMAZÔNIA	50
4.3	UMA NOVA PERSPECTIVA PARA AMAZÔNIA	55
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

A geografia brasileira é um fator que incessantemente chama a atenção, seja ela por sua extensão de 8.510.000 km² (quinta maior do planeta), ou por sua biodiversidade. Dessa maneira, o foco de diversos países nos recursos naturais brasileiros, é um fator presente desde a colonização do país. Além disso, a posição geográfica brasileira é uma zona estratégica importante para a formulação de políticas, sejam elas econômicas ou voltadas para a segurança do país. Isso porque, o Brasil faz fronteira com nove países: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e o Departamento Ultramarino e Região da França Guiana Francesa. Observando a extensão territorial brasileira e a grande quantidade de zonas fronteiriças, fica evidente a importância de uma organização espacial para que se possa garantir o ordenamento das fronteiras e a integração regional econômica.

Um outro fator importante para a construção territorial brasileira, consiste no fato de que a Amazônia corresponde a cerca de 58% de todo o território nacional, marcando dessa maneira uma área proeminente com vastos biomas e recursos naturais. Além disso, a Amazônia possui zonas fronteiriças com os seguintes países:

Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela e Suriname. Dessa maneira, conforme Becker (2005) aponta, a área da Amazônia é fundamental para a formação política do país, seja por meio da inserção da região em planos e projetos econômicos ou por meio da defesa de suas fronteiras. Becker (2005) também afirma o grande potencial econômico da região, e a necessidade de um planejamento para que seja possibilitado o desenvolvimento social e econômico do território, para que seja possível maximizar o aproveitamento dos recursos e da capacidade geopolítica da região.

Nesse sentido, os programas de desenvolvimento da Amazônia durante os governos militares se deram de diversas formas e com diferentes objetivos. A partir dos ideais teóricos fundamentados pelos militares, os quais foram fortemente influenciados pela doutrina geopolítica europeia e estadunidense, a formulação dos programas de governo passaram a centralizar temas como a segurança das fronteiras e a integração do país foram fundamentais para o desenvolvimento do país. Assim, ao se apossar de teorias como de Ratzel e Mackinder, a escola de pensamento geopolítica brasileira passa a refletir sobre as concepções de espaço, poder e território, e a maneira de garantir a soberania do Estado brasileiro sob seu território.

Diante desse contexto, surge a preocupação com a Amazônia, em que de acordo com Becker (2005) era considerada como um espaço vazio, se mostrando dessa forma uma zona de preocupação para a formação do território brasileiro e de seu controle político.

Dessa maneira, o intensificamento do planejamento de programas voltados para o desenvolvimento da Amazônia, vai encontrar na ala militar geopolítica brasileira uma gama de oportunidades e reconhecimento. A base teórica fundamentada pelo general Golbery do Couto e Silva, de que o foco de um governo deve ser a segurança de seu território, e para garantir a segurança é necessário integrar, revela os motivos de fixação dos militares pela construção de rodovias que absorvessem todo o território, principalmente o espaço amazônico relatado como vazio. Assim, em acordo com as diretrizes da Doutrina Nacional de Segurança (DSN), o Estado brasileiro deveria de maneira centralizada garantir que os objetivos nacionais de desenvolvimento industrial e manutenção da segurança fossem unificados. Dessa maneira, a região amazônica passa a ser o alvo principal da necessidade de integração com o restante do país, visando a segurança das zonas fronteiriças, mas também devido ao seu grande potencial econômico.

Além disso, de acordo com Costa (1992) a integração da Amazônia não seria benéfica apenas devido às questões de segurança que permeavam a região, mas também devido ao seu potencial de crescimento econômico e sua posição estratégica. Nesse contexto, é levantada também pelos militares, principalmente por meio do general Meira Mattos, a suposição da capacidade do Brasil como uma potência no Atlântico Sul, visto que sua localização poderia promover uma rede de vantagens comerciais e estratégicas para o país. Para complementar essa perspectiva, se surge o conceito da Panamazônia, em qual o país deveria aproveitar todas as condições advindas da continentalidade da região, e da abundância de recursos para projetar a posição do Estado brasileiro como um líder continental.

Dessa forma, a partir da contextualização da corrente de pensamento geopolítica brasileira, fica exposto a importância do espaço geográfico da Amazônia para um planejamento geoestratégico brasileiro. Visto que a região demarca um vasto potencial de desenvolvimento, e no qual deve ser investido em infraestrutura, segurança e atividades econômicas. Diante desse contexto, passa a ser planejado para o território da Amazônia uma série de programas de desenvolvimento voltados especificamente para as supostas necessidades da região. Além disso, durante esse

período no cenário internacional ocorria a Guerra Fria, em que a disputa ideológica entre os Estados Unidos e União Soviética se encontrava em seu ápice. Em vista dessa questão, o apoio dos Estados Unidos a tomada do poder pelos militares, teve uma influência direta no teor ideológico dos projetos desenvolvidos pelo governo, os quais passam a se alinhar de maneira compulsiva aos interesses dos Estados capitalistas (Vasconcelos, 2020).

Assim, conforme o contexto da tomada do governo pelos militares e a pressão para que o país saísse de uma posição periférica dentro da economia, o trabalho a seguir vai seguir um recorte temporal que busca analisar o projeto para o desenvolvimento da Amazônia durante os anos dos governos militares de 1964 até a fase inicial da redemocratização sendo finalizada a análise em 1990, marcado por ser os anos iniciais da redemocratização do país. A escolha do recorte temporal se dá devido à crescente importância no planejamento militar na região da Amazônia, e a virada em torno da posição em que o território ocupa para a geopolítica brasileira na virada de 1980 e 1990. Buscando entender dessa maneira, a forma com que ocorreu o projeto para o desenvolvimento da região durante o período, e observar com a redemocratização o debate entorno da sustentabilidade, que ganha espaço na agenda política brasileira, e coloca novamente a Amazônia como uma figura chave para a política externa brasileira (Becker, 2005).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS

Diante do apresentado, chama a atenção a importância da Amazônia para o Estado brasileiro, seja ela devido a sua grande extensão territorial, assim como pelo seu valor geopolítico. Portanto, a realização desse trabalho será fundamentada a partir da seguinte pergunta norteadora: “de que maneira ocorreram os programas de desenvolvimento para Amazônia durante a ditadura militar, e de que forma tal projeto caracteriza a importância do território para a política brasileira?”

Buscando responder a questão, a monografia tem como propósito alcançar os seguintes objetivos:

1.1.1 OBJETIVO PRINCIPAL

Analisar a construção do projeto geopolítico da Amazônia na década de 60 até 1990, salientando a importância do espaço para o desenvolvimento regional e nacional, e também da integração da política nacional. Buscando refletir na instrumentalização do projeto para a projeção do Brasil diante da comunidade internacional. Destacando dessa maneira, a importância do espaço regional dentro de um plano geográfico, geopolítico e econômico.

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I. Compreender a importância do espaço geográfico da Amazônia para a designação do planejamento geoestratégico brasileiro.
- II. Investigar o projeto de desenvolvimento nacional e internacional de 1960 a 1990, com foco na integração e incentivo da atividade econômica da Amazônia.
- III. Analisar a disputa internacional acerca dos recursos e controle geopolítico do território da Amazônia.
- IV. Entender a evolução de uma vertente de desenvolvimento sustentável para a agenda política brasileira, principalmente no tocante do tema Amazônia.

1.2 METODOLOGIA

Para a realização desta monografia, foi adotada uma metodologia qualitativa descritiva, tendo como finalidade contemplar os objetivos propostos a partir do problema de pesquisa. Buscando dessa maneira, realizar a análise do papel da Amazônia em seu contexto geopolítico brasileiro, e sua importância para o programa de desenvolvimento nacional. Para isso, foi realizada a revisão bibliográfica a partir de fontes primárias e secundárias, sendo utilizados livros científicos, artigos e dissertações para a fundamentação teórica do trabalho apresentado. Para a abordagem do trabalho, foi escolhido analisar as teorias de geopolítica, para isso será utilizado principalmente Miyamoto (1995) e Costa (1992), com intuito de compreender

a ideologia na qual os militares enxergaram o potencial da região amazônica. De acordo com Miyamoto (1995), a geopolítica encontra seus fundamentos a partir de ideias relacionadas a geografia, história e ciências sociais, dessa maneira distinguindo-se da geografia política que observa de maneira estática os fatores analisados, a geopolítica adota uma abordagem dinâmica, em que o poder Estatal e a balança de poder entre os Estados passam a ser pontuados como fundamental para o entendimento do objeto em análise. Assim, um elemento central no estudo da geopolítica se torna a adoção da ideia do poder estatal, e a maneira com que está associado aos acontecimentos que permeiam a história, e sua ligação com fatores geográficos. Além disso, o final do trabalho brevemente aborda a concepção de ecologia e desenvolvimento sustentável de Sachs (2009). Ademais, de maneira fundamental para construção do trabalho será utilizado o trabalho de Becker (2005) no qual utilizando de uma visão geopolítica e centrada na economia mundo capitalista, explica a importância da Amazônia para o Estado brasileiro.

Em vista disso, o trabalho é apresentado em três capítulos. Em seu primeiro capítulo é apresentado o principal referencial teórico para entender o projeto de desenvolvimento empregado pelos militares para compreensão da região amazônica dentro do território brasileiro. Dessa maneira, o capítulo apresenta as teses que foram utilizadas para construção teórica acerca da Amazônia e seus objetivos. O capítulo é dividido em 04 seções, sendo a primeira seção a contextualização histórica para que seja possível analisar o contexto temporal anterior ao trabalho, e entender a importância do recorte escolhido para a fundamentação do tema. Na segunda seção, é iniciada a análise do recorte temporal escolhido, assim como também se é examinado as teses de geopolítica utilizadas para o plano de desenvolvimento projetado para a região, assim como as teses que serviram de apoio para a interpretação do trabalho por seus viés. A terceira e quarta seções, se dedicam aos principais formadores da ideologia responsável pela construção do pensamento e planejamento geopolítico para a região da Amazônia brasileira.

O segundo capítulo do trabalho, tem como objetivo geral analisar como se deu de fato o planejamento econômico e industrial para a Amazônia, assim como também compreender quais foram as consequências de tal investimento e projeto político dentro da região. Para isso, o capítulo foi dividido em três subseções. Em que a primeira e segunda subseções irão explicar os mecanismos utilizados pelo governo para promover a economia e industrialização da região, além de também analisar

quem foram os principais beneficiados por tais políticas. A última subseção do capítulo, discorre de fato quais foram as consequências das políticas adotadas, tanto em seu contexto socioeconômico como também suas consequências ambientais, mostrando a necessidade de uma nova abordagem para a região a partir de tais acontecimentos.

O terceiro e último capítulo, possui a finalidade de entender a importância a partir daquele momento do meio ambiente para Amazônia brasileira e para os próximos projetos de desenvolvimento daquela região. Para isso, o capítulo é dividido em três seções. Na primeira seção é abordado o contexto geral da discussão do meio ambiente em seu contexto internacional a partir da Conferência de Estocolmo, e também o esclarecimento do que é desenvolvimento sustentável, assim como a crescente pressão para conscientização ambiental de países industrializados para o Brasil. A segunda seção trata sobre o ápice da discussão ambientalista do Brasil, assim como os meios de proteção dos países da região amazônica para cooperação e proteção da soberania da região mediante a pressão externa por meio do Tratado de Cooperação Amazônica. A terceira e última seção, vai analisar com a redemocratização brasileira a necessidade de um novo planejamento para a região amazônica brasileira, em que dentro dessa visão se possui a necessidade da constante preocupação ambiental, assim como a busca de um desenvolvimento que seja sustentável, para garantir a soberania de seus recursos naturais e uma posição estratégica a geopolítica internacional.

2 1960 E A VIRADA GEOPOLÍTICA NA AMAZÔNIA

2.1 O CENÁRIO DO PLANEJAMENTO PARA AMAZÔNIA ATÉ 1964

A floresta Amazônica dentro da geografia brasileira, é uma das principais regiões de todo o país. Tal importância é destacada devido a seus diversos recursos estratégicos, biodiversidade e extensão territorial. Segundo Costa e Alves (2018), é necessário que o Estado se mostre presente dentro do território, e passe a formular estratégias que contemplem desde a defesa da região e sua soberania, como também o planejamento de políticas para o desenvolvimento econômico da região, assim como a otimização dos recursos para projeção internacional do mercado brasileiro. Nesse sentido, Becker (2005) aponta, a geopolítica como fundamental para o entendimento da Amazônia, a manutenção da soberania do território e as aplicações de projetos desenvolvimentistas para a região.

No âmbito internacional, a Amazônia possui um papel que desperta o interesse de diversas nações, estando elas dentro do território da América do Sul, abarcando seus limites geográficos, como também de nações externas a essa fronteira. Conforme pontuado por Becker (2005, p .21):

Em nível global, a Amazônia é uma fronteira percebida como espaço a ser preservado para a sobrevivência do planeta. Coexistem nessa percepção interesses ambientalistas legítimos, e também interesses econômicos e geopolíticos, expressos respectivamente num processo de mercantilização da natureza e de apropriação do poder de decisão dos Estados sobre o uso do território.

Além disso, com os avanços de relações e interdependência comerciais e diplomáticas entre as nações, assim como o aumento da competição internacional, a busca por matérias primas e recursos naturais transformam a região amazônica em um centro de interesse de exploração. O interesse voltado para exploração da região, majoritariamente de países industrializados, fez com que o Brasil, a fim de proteger a sua soberania e de garantir a potencialidade dos recursos ofertados pela região, investisse em políticas governamentais, que suprissem a necessidade de monitoramento e povoamento e colonização da região, junto com uma maior militarização e planejamento estratégico. Apesar disso, não foi deixado de lado a noção do crescimento econômico, sendo o desenvolvimento sustentável o maior objetivo a partir de 1990 (Costa; Alves, 2018).

Segundo Becker (2005), o espaço geográfico da Amazônia, em nível regional e local, é considerado como um espaço para projeção de novas oportunidades e alternativas de qualidade de vida e desenvolvimento, em que os diferentes grupos sociais que disputam a região possuem demandas diferentes e projetos diferentes para o futuro da região, sendo as diferenças encontradas nas demandas impulsionadas também por ações nacionais e globais, marcando, dessa maneira, a dinâmica do local com uma forte característica de transformação.

Além disso, é necessário o entendimento da temporalidade do espaço, conceito utilizado por Milton Santos, para se analisar as ações e os objetos afetam no presente a compreensão do território (Silva, 2009). Dessa maneira, para compreender a temporalidade da região amazônica, Gonçalves (2008, p.23) pontua que

Quando se fala da Amazônia, temos que ter essa visão de conjunto da riqueza que a região comporta. Ao mesmo tempo, é um desafio analítico que requer uma capacidade de trabalhar com tempos diferentes para poder entender a sua complexidade.

Dessa maneira, as temporalidades que podem representar a região Amazônica são: geológicas, geomórficas, arqueológicas, históricas e antropológicas (Gonçalves, 2012). No entanto, para a compreensão da Amazônia contemporânea, será ponderado acerca das ações e consequências acerca do tempo histórico. Nesse sentido, pode ser dividido em três períodos diferentes – de acordo com a concepção de globalização ao decorrer da história – sendo o primeiro período histórico da Amazônia iniciado na colonização portuguesa; o segundo a partir do século XIX até a eclosão da segunda guerra, em que aborda os ciclos de exploração da região - como o ciclo da borracha; e a terceira globalização com o início do século XX, em que sua característica principal é a integração da Amazônia ao território brasileiro e seu desenvolvimento (Madaleno, 2011). De acordo com Madaleno (2011), cada uma dessas fases teve um efeito diferente no capital natural amazônico, em seu espaço geográfico e também no processo político de desenvolvimento brasileiro.

A partir das divisões históricas referente ao território da Amazônia, é possível notar que “o controle sobre a região Amazônica tem sido uma fonte inesgotável de preocupações para os diversos governos desde os tempos coloniais (1530 – 1822) quando os portugueses queriam manter outras nações europeias afastadas de seu

território” (Serra; Fernandez, 2004, p.110). Além disso, durante o período colonial a atividade extrativista da floresta amazônica era a maior fonte de renda para coroa portuguesa, sendo o primeiro ciclo econômico brasileiro o designado ciclo das drogas do sertão (Madaleno, 2011).

Outro ciclo extrativista importante para a economia nacional e atividade comercial local foi o ciclo da borracha, o qual com a instalação da Companhia de Navegação e comércio do Amazonas em 1870 em Belém houve uma intensificação da extração do látex, e também de sua exportação (Madaleno, 2011). De acordo com Madaleno (2011, p. 338)

A exploração durante o ciclo da borracha baseou-se no “sistema de aviamento”, com recurso a crédito de bancos estrangeiros que financiaram os comerciantes de Belém e de Manaus, os quais importavam todo o tipo de bens e exportavam a borracha.

Nesse sentido, é possível notar que os ciclos de atividades extrativistas voltadas para exportação tiveram um grande impacto na economia brasileira no decorrer dos anos. Apesar disso, impacto também se deu no âmbito de formação do território, visto que através das estratégias de controle do território e de organização do território, houve a formação do território que se mantém até os dias atuais (Becker, 2005). A formação do território da Amazônia – assim como o restante do país – se dá sob um viés conservador, mantendo seus vínculos com as elites econômicas do resto do país, como Gonçalves (2012, p.27) expõe

[...] elites regionais amazônicas em nada diferiam das demais elites regionais que compuseram o pacto de unidade do Império do Brasil: a manutenção da escravidão foi, sem dúvida, uma das marcas da nossa unidade territorial.

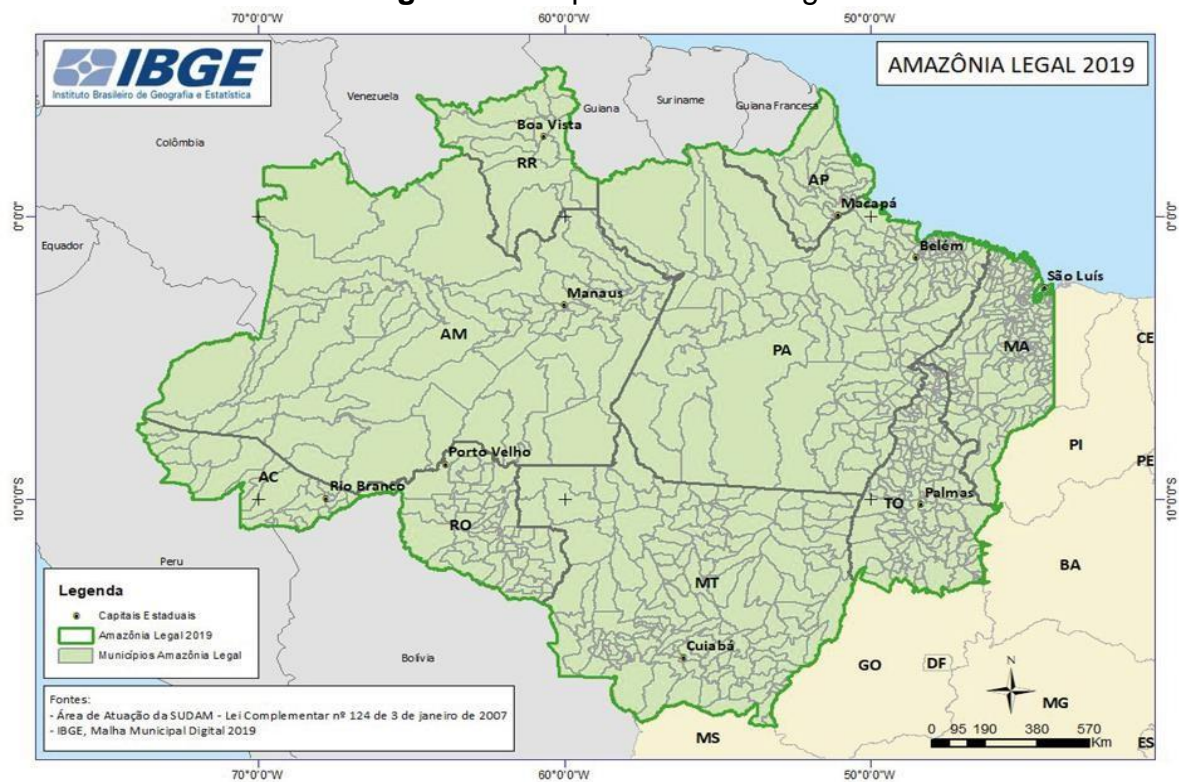
No entanto, foi apenas a partir de 1930, nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek – e logo após uma continuidade durante os governos militares - em que houve de fato uma crescente preocupação com o território da Amazônia, fazendo com que ocorresse um avanço no processo de colonização do território, assim como também o início do planejamento governamental e o sucessivo aumento de intervenção econômica e espacial (Medeiros, 2016). Com a liderança de governos desenvolvimentistas, a acentuação de projetos para a região mostra a preocupação em tornar o espaço novamente rentável, além de garantir a manutenção da soberania territorial. As tentativas voltadas para a região durante o período resultaram na criação

do Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) por Getúlio Vargas em 1953, em que de acordo com Serra e Fernandez (2004, p.110),

[...] foi o reconhecimento do governo brasileiro não só de seus fracassos anteriores na promoção do desenvolvimento da economia Amazônica, como também da importância de se elaborar um plano de desenvolvimento para região por meio de uma agência de planejamento regional.

Ademais, conforme pontuado por Costa e Alves (2018), junto com a instituição da SPVEA, também houve a declamação do território como Amazônia Legal (Figura 1), uma designação política para o espaço da região amazônica, com o intuito de melhorar o projeto de planejamento, e também reforçar a facilitar o ideal proposto para o desenvolvimento local. De acordo com a designação “A Amazônia Legal, portanto, cobre uma área de 5.217.423 km² ou 61% do território brasileiro, sendo que a Amazônia Clássica tinha uma extensão territorial de 1.739.141 km², ou seja, um terço da Amazônia Legal” (Serra; Fernandez, 2004, p.111). Complementando ainda seu caráter estratégico e geográfico dentro do sistema internacional, a criação da Amazônia Legal reflete em um ato de defesa e poder de decisão quanto ao uso do território, assim como uma proteção à soberania brasileira (Costa; Alves, 2018).

Figura 1 – Mapa Amazônia Legal



Fonte: IBGE, 2020

Nesse sentido, a discussão que surge em torno do desenvolvimento da região Amazônica a qual toma força entre 1930 e 1940, se mostra intrinsecamente relacionada ao discurso nacional desenvolvimentista que tomava forma na época (Oliveira, Trindade; Fernandes, 2013). Dentro dessa linha de governo, um foco importante para elaboração de planos e metas governamentais, são voltadas no investimento estatal em infraestrutura, principalmente para os setores de transporte e de energia elétrica (Oliveira, Trindade; Fernandes, 2013). Dentre os planos voltados para a infraestrutura, a criação de rodovias teve um papel central no planejamento de integração da região com o restante do país, com a mudança da capital para a recém construída Brasília a construção da rodovia que liga Belém-Brasília (BECKER, 2005). Conforme apontado por Serra e Fernandez (2004, p.111), “Cabe aqui ressaltar que esta rodovia foi a primeira a facilitar a penetração em grande escala e a colonização da região amazônica.”

Apesar dos esforços já pontuados, a virada para a integração e planejamento da região Amazônica para o resto do Brasil ocorreu a partir de 1964, com o golpe militar. A implementação de um planejamento para a Amazônia durante o período se dá a partir de 1968, no II Fórum sobre a Amazônia, em que é abordado novas propostas e ideias para a construção de uma nova Amazônia, em que ocorresse a integração do território, assim como também o desenvolvimento regional, ocupação do território, no entanto seguindo a linha de ação administrativa do governo militar (Maciel; Carvalho e Lemes, 2020). Além disso, de acordo com Becker (2005), foi implementada uma malha estatal que tinha como objetivo garantir o controle de todo o território, dessa maneira

Redes de circulação rodoviária, de telecomunicações, urbana, a baixos juros, indução de fluxos migratórios para povoamento e formação de um mercado de trabalho regional, inclusive com projetos de colonização, e superposição de territórios federais sobre os estaduais, compuseram a malha tecno-política (Becker, 2005, p.27).

Portanto, as diretrizes de desenvolvimento para a região da Amazônia, além de questões econômicas, também têm como relevante outro aspecto interessantes aos governos militares: a segurança e integridade do território. Dessa maneira, tornou-se necessário garantir que o planejamento para o desenvolvimento da região estivesse alinhado de acordo com a doutrina de segurança elaborada pelos militares

(Maciel; Carvalho e Lemes, 2020). De acordo com Medeiros (2016), para a formação de um planejamento estatal, foi necessário o aporte e produção de uma escola de pensamento geopolítica brasileira, sendo essa variantes nacionais de outras escolas geopolíticas, transformando, dessa maneira, o projeto para o território amazônico uma questão primordialmente geopolítica. Nesse sentido,

É na institucionalização de um pensamento geopolítico brasileiro que encontramos com maior clareza indícios de apropriação por parte do aparato político-administrativo de categorias que historicamente foram sendo gestadas para lidar com a complexidade sacionatural da Amazônia brasileira (Medeiros, 2016, p.42).

2.2 O GOLPE MILITAR, A ESCOLA DE GEOPOLÍTICA BRASILEIRA E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PARA AMAZÔNIA

Com a tomada do governo pelos militares, uma nova fase para a política, economia e planejamento do Brasil, principalmente da Amazônia, foi instaurada. Dentro do campo econômico, os militares mantiveram a prática de programas desenvolvimentistas, apesar da rejeição da agenda progressista, aumentando o poder intervencionista do Estado em prol de certas atividades econômicas (Bomfim, 2010).

Durante os diversos governos, foram desenvolvidos planos nacionais para regiões e também projetos específicos, os quais se alinhavam com as matrizes ideológicas dos militares, tal como: Plano trienal de Desenvolvimento Econômico e Social em 1963; Programa de Ação Econômica do Governo 1964; Programa Estratégico de Desenvolvimento 1967; Plano Nacional de Integração (PIN) 1970; I Plano de Desenvolvimento (PND) 1972, sendo seguido pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento.

Dentro dos planos citados, existem focos de atenção para o desenvolvimento da Amazônia. Como Bomfim (2010) destaca, dentro dos projetos além da importância econômica, reforçava-se a necessidade de políticas de desenvolvimento espacial, sendo a ideia preponderante no planejamento realizado pelos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento. Nesse sentido, dentro do I PND, era tratado sobre a forma com que deveria ocorrer a ocupação da Amazônia, visto que era considerado um território isolado e “vazio”, mas tendo como foco a

elaboração dos subsídios que seriam dispostos para o desenvolvimento amazônico. Ademais, com o II PND houve uma maior consideração acerca dos objetivos referente ao desenvolvimento da Amazônia, resumindo as metas no chamado “modelo-amazônico”, que é constituído pela ocupação social, integração e atividades produtivas da região (Bomfim, 2010).

Além disso, de acordo com Bomfim (2010), em consonância com os modelos de planejamento já citados, também foram desenvolvidos programas e órgãos complementares para a organização e aperfeiçoamento dos objetivos alocados dentro dos PNDs. Esse é o caso do Programa de Integração Nacional (PIN), o qual determinou as bases para a integração com foco no desenvolvimento econômico e infraestrutura da região amazônica, tendo por um de seus objetivos a criação de rodovias, como a Transamazônica (Pereira, 1971). Assim sendo, “o programa prevê outra medida que era considerada revolucionária: ao longo das duas rodovias, seria reservada uma faixa de vinte quilômetros de largura, para projetos de colonização e reforma agrária” (Pereira, 1971, p.147).

Outro órgão importante para o desenvolvimento regional da Amazônia criado foi a Superintendente do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que surgiu como um substituto a SPVEA, já que passou a ter funções institucionais de promover políticas voltadas para o incentivo fiscal, tanto para empresas voltadas para o ramo industrial, como também para iniciativas agrícolas, alinhando-se, dessa maneira, também com os objetivos de colonização do território, assim como da promoção de práticas econômicas. A SUDAM também serviu de agente para elencar quais seriam os pontos de interesse com a integração e construção de rodovias (Bomfim, 2010).

Outra característica fundamental para a construção de uma linha de planejamento desenvolvimentista - com forte interferência estatal - foram as bases ideológicas nas quais os formadores do golpe militar estavam inseridos. Medeiros (2016) pontua que, para o planejamento Estatal brasileiro realizado durante o período, a base ideológica foi fundamentada a partir das concepções geopolíticas, principalmente, acerca de territórios e fronteiras. Dessa maneira, entre 1950 a 1960, ocorreu a criação de uma escola de pensamento geopolítico brasileiro, a qual influenciou diretamente na tomada dos militares no governo brasileiro, assim como na criação dos programas e planejamentos da Amazônia (Medeiros, 2016).

De acordo com Costa (1992), a concepção de um pensamento geopolítico brasileiro no Brasil foi inteiramente dominada pelas categorias militares, sendo na

verdade adaptações para a realidade brasileira de reflexões e produções acadêmicas já realizadas por outros autores. Dessa maneira, no cenário de produção científica brasileiro, se pode dizer que não há um pensamento geopolítico brasileiro, apenas a propagação de teorias alemãs e estadunidenses, traduzidas para a realidade brasileira (Costa, 1992). Como Miyamoto (1995, p.43) pontua:

O Brasil foi inclusive um dos primeiros países a produzir estudos sobre a geopolítica *stricto sensu*. Enquanto nos Estados Unidos os estudos foram feitos para refutar a geopolítica, no Brasil as teorias foram imediatamente absorvidas pelos autores nacionais.

Entre os autores utilizados pelos militares brasileiros, Ratzel e Mackinder foram os principais influenciadores do plano ideológico geopolítico brasileiro. Da influência dos estudos de Ratzel, é absorvida, de maneira fundamental, a concepção do espaço como um organismo vivo que institucionaliza o poder e, principalmente, a discussão acerca do uso do território e a necessidade de que se tenha um espaço coeso e organizado (Costa, 1992). Nesse sentido, é possível notar a assimilação da teoria de Ratzel pelos militares dentro da preocupação com a integração de todo território brasileiro, para que fosse fortalecido e fosse evitada a fragmentação da hegemonia, fazendo que fossem desenvolvidos os diversos planos de integração e desenvolvimento apresentados (Miyamoto, 1995).

Mackinder, figura influente na construção de uma linha militar de pensamento geopolítico brasileira, tem como uma de suas principais teorias a ideia de um *heartland*, uma área pivô que possui um alto valor estratégico devido a sua localização, capacidade de exploração econômica e zona de influência (Costa, 1992). Dentro do território brasileiro, o espaço geográfico da Amazônia foi enquadrado como um *heartland*, sendo, dessa maneira, um termo adaptado pelos militares brasileiros, que a partir dessa ideia focaram em planos de desenvolvimento e controle da Amazônia, em que tinham como finalidade final a garantia da hegemonia no território diante a possíveis ameaças de vizinhos Sul-Americanos (Miyamoto, 1995).

Além disso, outro marco importante para a construção das bases ideológicas que precederam o golpe militar sofrido em 1964 foi a criação da escola de conhecimento em comum entre os militares, a Escola Superior de Guerra (ESG). Ela foi criada em 1949 com intuito de modernizar as forças armadas brasileiras, desenvolvendo um campo de estudos estratégicos e militares, os quais garantiriam

um aperfeiçoamento das técnicas e planos de segurança brasileiros, gerando dessa forma uma doutrina de segurança. Além disso, uma característica marcante da ESG é sua associação à política estadunidense, visto que sua criação havia sido fortemente incentivada pelos meios militares norte-americanos, assim como a própria instituição é filiada à chamada National War College (Fernandes, 2009).

Portanto, durante os desdobramentos da Guerra Fria e o aumento das tensões entre Estados Unidos e União Soviética, a política interna e projetos militares produzidos pela Escola Superior de Guerra (ESG) sempre se mantiveram alinhados aos interesses da potência americana. Sendo assim, o gradual aumento de relações com a China e com a União Soviética, além do não alinhamento brasileiro em questões como a de Cuba, levaram as bases ideológicas construídas na ESG a questionarem o andamento da política externa independente brasileira (Vasconcelos, 2020).

Nesse sentido, a preocupação com um inimigo interno comunista iminente leva a associação com setores civis, em que

O pensamento desenvolvido na ESG e a doutrina de guerra revolucionária, com suas críticas à liberdade democrática, à igualdade e à legislação existente, muniram os grupos vitoriosos de 1964 de justificativas e estratégias para o controle do ambiente político em seu sentido amplo. (Vasconcelos, 2020, p. 299).

A doutrina ideológica desenvolvida pela ESG e o golpe empregado foram fatores importantes para o projeto de política externa brasileira durante o período da ditadura militar brasileira, principalmente, as ideias expostas pelo General Golbery do Couto e Silva e o General Meira Mattos.

2.3 GOLBERY DO COUTO E SILVA

De acordo com Miyamoto (1995), é a partir do trabalho desenvolvido por Golbery do Couto e Silva que se torna possível entender a forma com que os estudos desenvolvidos pela ESG formaram a política nacional durante a ditadura militar. A partir de tal momento dentro da instituição também se aumentou o espaço para estudos geopolíticos, isso pois a doutrina de segurança nacional (DSN) e a geopolítica se tornavam campos tangentes durante o período, visto que questões fronteiriças e expansionistas passavam novamente a se tornar o cerne de discussões de segurança (Fernandes, 2009).

Desse modo, a escola de geopolítica brasileira passou a desenvolver o estudo em torno de temas que pudessem levar o país ao alcance de um pleno desenvolvimento econômico, mas também um projeto de segurança que fosse capaz de garantir plena segurança do espaço físico, assim como também referente à ameaça ideológica crescente. Portanto, como Fernandes (2009, p. 847).

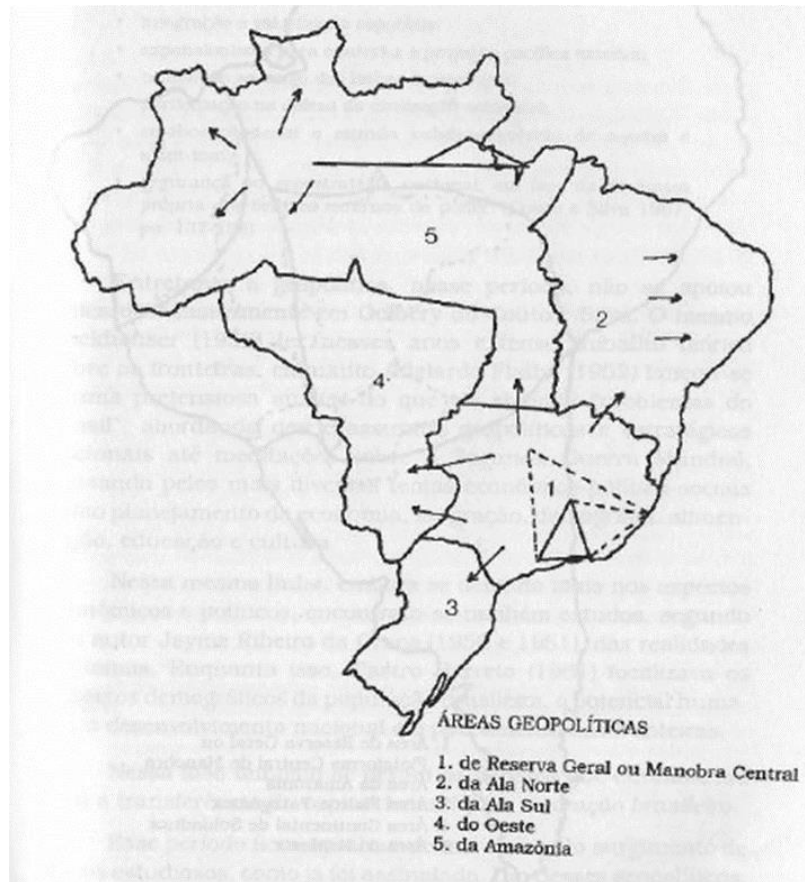
Os militares latino-americanos, particularmente os brasileiros, estavam preocupados especificamente com a vinculação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa. Conforme já visto, na concepção de guerra revolucionária, a guerra ideológica substituiu a guerra convencional entre Estados delimitados por fronteiras nacionais. Desse modo, o conceito de soberania passou a ser reformulado, pois não se basearia mais em limites e fronteiras geográficas, mas, sim, no caráter político e ideológico dos regimes, estabelecendo-se as “fronteiras ideológicas”. A ditadura brasileira utilizou-se plenamente desse conceito para legitimar suas ações intervencionistas e expansionistas nos demais países da América Latina.

Golbery do Couto e Silva, um dos principais pensadores da geopolítica brasileira, foi responsável por um papel fundamental na criação da doutrina de segurança nacional durante a ditadura militar, além disso foi também chefe da SNI (Serviço Nacional de Informações), que tinha como finalidade a manutenção de assuntos referentes a segurança do país. Nesse sentido, de acordo com Miyamoto (1995, p.98),

O projeto geopolítico formulado por Golbery, era baseado nas concepções de Segurança Nacional, o qual visava a necessidade de proteger os territórios nacionais, assim como também ocupar espaços e zonas vazias. Portanto, seria necessário que ocorresse uma ocupação que trespassasse e integre as regiões, principalmente a Amazônia, com a finalidade de a incorporar e povoar.

Portanto, para a construção de um plano de segurança nacional brasileiro, o qual abarcasse suas características geopolíticas, seria necessário elaborar uma estratégia nacional com bases em tais pontos: integração e valorização espacial; expansionismo para o interior e projeção pacífica exterior; contenção ao longo das linhas fronteiriças; participação na defesa da civilização ocidental; colaboração com o mundo subdesenvolvido de aquém e além mar; segurança ou geoestratégia nacional; em face da dinâmica própria dos centros externos de poder (Miyamoto, 1995). Dessa maneira, é possível entender o plano de integração planejado por Golbery de acordo com o mapa (Figura 2) a seguir:

Figura 2 - Mapa referente ao Plano de Integração



Fonte: Miyamoto, 1995

Assim, um dos projetos para integração realizados durante o período da ditadura militar foi o Plano Integração Nacional (PIN), que buscava promover uma migração populacional da região de seca do Nordeste do país para o povoamento da região Amazônica. Tal projeto tinha como diretrizes garantir que ocorresse a melhoria na vida da população já presente no local, e garantir a segurança nacional, promovendo, dessa forma, a ocupação do território (Maciel; Carvalho e Lemes, 2020).

Outro ponto de destaque referente ao projeto foi a construção de rodovias, como a rodovia Transamazônica e a Rodovia Cuiabá-Santarém, em busca de uma integração mais rápida das regiões, além de alocações financeiros para demais investimentos de infraestrutura e desenvolvimento da economia na região.

A região da Amazônia, portanto, se torna um ponto importante para o pensamento geoestratégico brasileiro desenvolvido dentro dos limites da ESG, isso pois, de acordo com Madaleno (2011), a percepção de que a Amazônia se

encontrava isolada do resto do país se tornou mais evidente durante a Segunda Grande Guerra, quando as ligações marítimas restringiram as comunicações com uma porção correspondente a mais da metade do Brasil. A adoção de medidas alternativas que permitissem uma melhor integração da Amazônia no espaço geopolítico brasileiro foi imperativa, assim como desejável se equacionou a incorporação das gentes dispersas pela mata no emergente mercado brasileiro, alimentado por florescente indústria.

2.4 MEIRA MATTOS

Além de Golbery, outro importante membro da ESG e teórico da Amazônia e sua importância para os limites espaciais e fronteiriços do país, é o General Meira Mattos. De acordo com Costa (1992), Meira vai desenvolver uma ideia de potência mundial brasileira se baseando em fatores demográficos e territoriais, tornando, dessa forma, necessário o investimento na integração da região Amazônica. Dessa maneira, para Meira Mattos o Plano Integração Nacional, assim como a criação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), são instrumentos necessários para o alcance do status de potência (Maciel; Carvalho e Lemes, 2020).

Dessa forma, o alcance de posição como potência está intrinsecamente relacionado com a projeção geográfica, assim como também a continentalização do Estado. Dessa maneira, necessitando de tal influência e domínio sob o território surge o conceito de uma Panamazônia, um projeto de desenvolvimento da região em que os países que possuem uma parte da Amazônia atuem em conjunto, cooperando para a formação de um sistema que não tivesse influência dos Estados Unidos (Costa, 1992).

A finalidade de uma cooperação panamazônica para o Estado brasileiro segundo Mattos, seria fortalecer a integração entre os países sul-americanos, e colocar o Brasil como um ponto chave desse projeto, para que dessa maneira pudesse ser despontado como um líder da região. Além disso, a cooperação com os demais países amazônicos fortaleceria a soberania de cada Estado sob seu território, e ampliaria as fronteiras comerciais e científicas (Medeiros, 2016).

A partir disso, a posição brasileira como potência de acordo com a teoria desenvolvida por Mattos também se torna legitimado devido a sua posição

geográfica, visto que, com tal localização, o país poderia promover a segurança do Atlântico Sul, assim como também construir uma civilização nos trópicos, sendo, desse modo, a região com diversas vantagens econômicas e estratégicas para o país, mas que não tinha seus recursos totalmente aproveitados (Padula; Brozoski, 2022). Em vista a importância da região para o sucesso do Projeto Nacional de Integração, um dos maiores investimentos realizados foi para a construção da rodovia Transamazônica, que tinha como expectativa atravessar o Brasil, saindo da Amazônia até o nordeste brasileiro.

Dessa forma, seguindo o projeto geopolítico pensado para a necessidade de construção de rodovias e integração nacional, a rodovia transamazônica se tornou uma promessa referente ao futuro brasileiro e seu desenvolvimento nacional, e também internacional. No entanto, a execução do projeto se tornou um fracasso, deixando vilas abandonadas, degradação do meio ambiente, aumento da taxa de desigualdade social e violência na região, além de diversos problemas que até hoje afetam a população residente do entorno da Transamazônica (Braga, 2019).

Além disso, as condições nas quais os trabalhadores envolvidos na construção da rodovia estavam submetidos eram precárias, sujeitos a doenças e sem direitos trabalhistas. Portanto, como Macedo (2022) aponta, até mesmo veículos de comunicação anunciavam a construção da Rodovia Transamazônica como um projeto de construção de um Brasil Grande, capaz de alcançar o desenvolvimento e espaço dentro do sistema internacional, com a expectativa de um país rumo a um novo futuro. No entanto, o crescente desmatamento e ameaças à população indígena que já se encontrava presente na região retomam uma nova realidade do projeto. Além disso, como Braga (2019, p.51) pontua:

A fim de convencer uma massa de brasileiros a abraçar a causa proposta e se fazer ver como responsável pela construção do “Brasil grande”, o Estado nacional brasileiro utilizou-se dos mecanismos midiáticos e da máquina pública, impedindo que os debates acerca da viabilidade da obra fossem feitos transparentemente. À vista disso, a censura foi uma das principais ferramentas mobilizadas para abafar e silenciar esses debates. Questões de viabilidade técnica, econômica, ambiental e social não debatidas significaram a desterritorialização de diversas populações nativas e expôs indígenas e migrantes a uma luta inglória, além de não ter sido capaz de resolver os problemas fundiários do Nordeste ou de integrar a Região Norte.

Dessa maneira, o projeto geopolítico pensado por Golbery e Mattos acerca do Projeto de Integração Nacional mostrou diversas falhas em sua realização. Tornando

com que a ideia utópica proposta por Mattos de uma Amazônia que fosse capaz de levar o Brasil a alcançar níveis excepcionais de integração regional, assim como aumentar seu papel dentro da América do Sul (Padula; Brozoski, 2022). Além disso, o próprio mito de Brasil como potência é debatido visto que “o país não possui excedentes de poder que o credenciam a desempenhar o papel de uma grande potência, principalmente porque todas as fímbrias do globo já se encontram dominadas pelas duas superpotências” (Costa, 1992, p. 223). No entanto, apesar das falhas, a institucionalização dos projetos para região Amazônia e investimento acirrado na região demonstram o destaque diante da importância do espaço amazônico para o desenvolvimento brasileiro. Dessa forma,

O Estado toma para si a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernização acelerada da sociedade e do território nacionais. Nesse projeto, a ocupação da Amazônia assume prioridade por várias razões. É percebida como solução para as tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura. Sua ocupação também foi percebida como prioritária em face da possibilidade de nela se desenvolverem focos revolucionários (BECKER, 2005, p.26).

3 PLANEJAMENTO ECONÔMICO E INDUSTRIAL PARA REGIÃO AMAZÔNICA DURANTE 1970

A partir das teorias propagadas pela escola geopolítica brasileira, as quais foram incorporadas pelos governos militares, os investimentos realizados pelo Estado no desenvolvimento da Amazônia também se tornam uma oportunidade de expansão da economia brasileira, assim como a possibilidade de internacionalização dos mercados brasileiros, com a atração do investimento e incentivo à exportação.

O marcante investimento realizado pelo governo brasileiro em infraestrutura – por meio da construção de rodoviárias – teve como base uma alocação de recursos disponibilizados pelo governo de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros) (Neto, 2015). Em que, para que fosse possível o custeamento de tal projeto de construções rodoviárias, também foi necessário também o financiamento de capital estrangeiro por meio de empréstimos realizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), mostrando o interesse do capital internacional na projeção de um plano de desenvolvimento para Amazônia (Neto, 205).

Deve ser notado a importância do investimento em infraestrutura na Amazônia, pois, a partir das mudanças promovidas pelas construções de rodovias e colonização do território, ocorre um marco no espaço geográfico em que a região passa por um estalo de sentimento de modernização, no qual se desperta a noção de que há o início de uma era moderna na Amazônia. Nesse sentido, com a chegada de corporações transnacionais, empresas beneficiadas por isenções fiscais e agropecuária, a ocupação desse espaço geográfico demarca o início de uma série de conflitos socioambientais, assim como também da configuração de grupos interessados apenas nos recursos naturais (Gonçalves, 2008).

Dessa maneira, além das políticas de integração e segurança promovidas pelo governo brasileiro – para que se desse a tomada do espaço geográfico da Amazônia, antes considerado como vazio – ocorre também planos para o desenvolvimento econômico regional (Becker, 2005). O planejamento para implementação de uma rede industrial no território amazônico também serviria como um incentivo para a ocupação regional dos territórios, incentivando a migração e suplementando o PIN.

Outro foco relacionado ao projeto de desenvolvimento regional econômico amazônico, gira em torno da importância do capital natural para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, principalmente, voltada para situações que seria necessária a cooperação internacional. Se destaca a cooperação internacional acerca da importância para a preservação da natureza, a qual ocorre quase que de maneira antagonista a disputa com de projeção da mercantilização dos recursos naturais. Colocando dessa maneira em foco o interesse nacional no potencial econômico da exploração da natureza, mas também no interesse de preservação, desenvolvimento regional sustentável e cooperação internacional. Dessa forma, como pontuado por Becker (2005, p. 53)

O novo valor estratégico atribuído à natureza amazônica tomou patente que ela não se restringe à Amazônia brasileira, mas, sim, envolve a extensa Amazônia sul-americana. Os ecossistemas florestais não obedecem aos limites políticos dos países, e muitas nascentes dos rios amazônicos localizam-se fora do território nacional. Esta situação, que em outras partes do planeta geram conflitos geopolíticos entre nações, no caso da Amazônia pode e deve ser fundamento para uso conjunto e complementar dos recursos em prol do desenvolvimento regional, tal como ocorre com a formação de blocos supranacionais no mundo contemporâneo.

Portanto, durante os anos do governo militar, um dos focos principais esteve centrado na construção de um projeto industrial que pudesse aproveitar os recursos naturais da região e alinhar com os planos geopolíticos de ocupação e inserção no mercado internacional. Dessa maneira, junto com a SUDAM, diversos projetos de desenvolvimento econômico foram criados na região, como a Zona Franca de Manaus (ZFM), voltada para o crescimento industrial da região, e também uma série de políticas acerca da indústria da agropecuária, em busca de desenvolver a economia e, simultaneamente, conter pressões por uma reforma agrária (Serra; Fernandez, 2004).

3.1 OPERAÇÕES AMAZÔNIA

Em conjunto com o Programa de Integração Nacional (PIN) e a SUDAM, o governo brasileiro lança oficialmente a chamada “Operações Amazônia”, a qual tinha como objetivo desenvolver a economia da região, acabando com qualquer rastro de atraso e subdesenvolvimento da região (Seráfico; Seráfico, 2005). Nesse contexto, surge a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) em 1967, em que de acordo com Carvalho (2015, p.116)

A criação do modelo ZFM em 1967 fazia parte da estratégia da ditadura militar do Brasil de ocupar de maneira mais efetiva a vasta região norte, necessitando, para isso, do desenvolvimento de atividades econômicas consideradas consistentes. Essa ocupação estava atrelada a uma conjuntura política internacional – a Guerra Fria – justificada também pelo regime militar como sendo necessária para combater as guerrilhas, existentes tanto no Brasil como em alguns países fronteiriços.

A Zona Franca de Manaus teve sua criação com o objetivo de servir como um armazenamento, depósito e espaço para recepção e exportação de mercadorias, sendo utilizada tanto para produtos como também para serviços, os quais esses seriam provenientes de outros países, ela também serviria como um espaço de zona livre e com incentivos fiscais especiais, para que seja possível, a partir de tais condições, a construção de um centro propício ao desenvolvimento (Alvarez, 2016).

Outra característica importante para criação da ZFM se dá pela a posição estratégica da cidade de Manaus - que teve um papel influente na criação do projeto -, visto que a construção de um polo industrial na cidade seria beneficiado devido a suas fronteiras, e também devido a extensa rede hidrográfica da região, o que possibilita que Manaus seja um centro tanto para circulação de mercadorias, como também para de pessoas (Carvalho, 2015).

De acordo com Seráfico e Seráfico (2005), para entender a criação da ZFM é necessário analisar as circunstâncias políticas na qual ela foi criada, a qual com a implementação do golpe militar, o governo brasileiro passa a adotar uma política econômica que privilegia o capital estrangeiro, seja a partir da entrada de investimento no país, como também na apropriação da capacidade produtiva brasileira. A elaboração da Operação Amazônia igualmente se encontra inserida dentro de tal contexto, em que por meio da criação de tal conjunto de ações e planos para que ocorresse a regionalização do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido “a Operação Amazônia compatibiliza o discurso nacionalista do militarismo com as reivindicações acerca do desenvolvimento regional da Amazônia e com o processo de transnacionalização do capital” (Seráfico; Seráfico, 2005, p.100).

Diante dessa perspectiva, a integração do território da Amazônia no mercado nacional, realizada pelos projetos das Operações Amazônicas, demarcam um aprofundamento da própria economia brasileira a um mercado internacional dominado

por potências imperiais¹. Conforme destacado por Alvarez (2016), essa inserção da Amazônia no mercado global nos anos de 1967 e 1973 se alinha com o período da economia brasileira conhecido como “milagre econômico”, em que em média houve um crescimento de 11,1% do PIB.

No entanto, a concepção de um milagre econômico é desbancada quando se é analisado o aumento da dívida externa, e principalmente, quando se observa a disparidade na distribuição da riqueza gerada, em que possuía um caráter concentrador, no qual o crescimento econômico foi favorável apenas ao grande capital, não sendo acompanhado de desenvolvimento social e distribuição de riqueza (Alvarez, 2016).

Dessa forma, pode se dizer que “[...] a criação do modelo ZFM continuou a favorecer o chamado grande capital, levando esse modelo a reproduzir, simultaneamente, concentração de riqueza e aumento da pobreza. (Carvalho, 2015, p.116). Nesse sentido, o comprometimento do governo brasileiro com a criação da Zona Franca de Manaus, se relaciona de acordo com a própria movimentação do Estado diante do mercado global, em que com a criação de uma zona de livre comércio o Brasil reafirma seu compromisso com os valores liberais e assegura também a posição de influência dos Estados Unidos no modelo econômico implantado, em que se é criado um conjunto de condições jurídicas, fiscais e estruturais para a alocação do capital estrangeiro (Seráfico; Seráfico, 2005).

Diante das mudanças promovidas tanto no espaço geográfico da Amazônia, como também na política econômica para região, Gonçalves (2012) aponta que ocorre uma mudança estrutural no controle econômico da região, em que anteriormente era constituído por uma pequena elite ligada a atividades extrativistas e, com a virada do plano político da região em 1960, passa a ser dominado por um grupo voltado para o grande capital, sendo formado por multinacionais, e também por grandes latifundiários.

Além disso, essa mudança também marca o início de uma hegemonia do capital industrial e financeiro dentro da Amazônia, na qual ocorre uma

¹ O termo “potências imperiais” é explicado por Lenin (2011) como um grupo de países já desenvolvidos e que se encontram na fase final do capitalismo, o imperialismo. Assim, tal grupo de nações, são responsáveis pela maior parte da concentração de capital e influência na esfera política e econômica, subjugando o restante dos Estados as suas necessidades e interesses.

descaracterização dos antigos grupos presentes, em que pequenos grupos perdem espaços para o desenvolvimento econômico na região, que passa a ser dominado por oligopólios, desprendidos de qualquer responsabilidade ética com a realidade social e ecológica do território do espaço em que se instalaram (Gonçalves, 2012). Dessa maneira, analisando a instauração do projeto capitalista planejado para o desenvolvimento da Amazônia com a criação da ZFM e a crescente abertura para o capital estrangeiro, pode se dizer que:

Com o privilégio do olhar retrospectivo, pode-se dizer que a Operação Amazônia e a Zona Franca de Manaus foram poderosos mecanismos de ajustamento das relações de produção na região às possibilidades de expansão do capitalismo monopolista no Brasil; ou, sob outro ângulo, foram formas de criar no país novas oportunidades de investimento e lucratividade para a “livre empresa”, nacional e estrangeira; ou ainda, foram uma estratégia e uma tática de dinamização das forças produtivas regionais que consistiu – faça-se uma concessão ao neoliberalismo tupiniquim – na “redução do custo Amazônia” (Seráfico; Seráfico, 2005, p. 107).

3.2 PROGRAMA DE POLOS AGROPECUÁRIOS E AGROMINERAIS DA AMAZÔNIA (POLAMAZÔNIA)

Além da criação da Zona Franca de Manaus, o programa de desenvolvimento da Amazônia também investiu na exploração dos diversos recursos naturais, principalmente a partir de 1970.

Um fator influente para a postura do governo acerca da exploração dos recursos naturais se dá devido à conjuntura internacional, na qual em 1973 ocorre o primeiro choque do petróleo, o que resulta em diversas mudanças no comportamento do mercado internacional, afetando de forma direta o mercado brasileiro com o aumento da taxa juros e a escalada da dívida externa (Becker, 2005).

Como consequência das incertezas e mudanças do mercado internacional, as políticas de desenvolvimento da Amazônia passaram, dessa maneira, a agir como um remédio imediato para saúde da economia brasileira, no qual o governo busca realizar o aumento das exportações, especialmente as de maior valor agregado – como é o caso dos minerais – a fim de suprir seus problemas advindos do aumento da dívida externa (Madaleno, 2011).

Nesse sentido, a decisão do governo federal de explorar os recursos minerais da região Amazônica, em conjunto com o cenário da política externa que perpassa pelo primeiro choque do petróleo, incentivou o governo brasileiro a aumentar o

investimento em recursos para exploração dos recursos naturais, em busca do aumento das exportações (Serra; Fernandez, 2004). Dessa mesma maneira, Gonçalves (2008) ainda destaca que a iniciativa voltada para a exploração dos recursos minerais, como um artifício para recuperação da dívida externa, angariou até mesmo o interesse de órgãos internacionais, como o BIRD E BID, nos quais “o BIRD e o BID se encarregaram de oferecer o aval para a construção da infraestrutura de energia, com a construção de hidrelétricas, e de transportes, com a construção de rodovias, ferrovias e o porto de Itaqui no Maranhão” (Gonçalves, 2012, p.48).

Dessa forma, o investimento em infraestrutura também foi ampliado durante esse período, visto a necessidade da expansão nas áreas de fornecimento de energia, comunicação e transporte para garantir a modernização da região, para que, dessa maneira, as indústrias recém instaladas pudessem garantir as condições necessárias.

Para a exploração dos recursos minerais, foi criado o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), que tinha como finalidade realizar o aproveitamento dos recursos agropecuários e agroindustriais, assim como também dos recursos provindos das florestas e de áreas de mineração, e, para isso, foram criados onze polos de desenvolvimento agropecuário e seis polos de mineração (Madaleno, 2011).

De acordo com Serra e Fernandez (2004) o conceito de polo de desenvolvimento surge da concepção que para o desenvolvimento da economia não está relacionado apenas pelo tipo de agrupamento de atividades econômicas, mas é correlato também pela congruência das condições de crescimento da economia.

Por essa razão, a importância do investimento em infraestrutura é destacada dentro do planejamento do projeto econômico realizado pelo governo. Além disso, a aptidão fornecida pela infraestrutura e subsídios fornecidos, o desenvolvimento dos polos seriam alavancados devido ao seu caráter atrativo para empresas em indústrias, que contemplariam uma série de benefícios, impulsionando, dessa maneira, o processo crescimento econômico (Serra; Fernandez, 2004).

De acordo com Kohlhepp (2002), os incentivos fiscais fornecidos pelo governo brasileiro para a instalação de empresas na região tinham como caráter o aumento das exportações, beneficiando as empresas privadas e o capital estrangeiro, também atraído pelas reduções de tributos e os demais benefícios fornecidos pelo governo. Dentre essas empresas, devido a finalidade voltada para a captação recursos minerais e agropecuária, os grupos beneficiados pelo programa POLAMAZÔNIA

tinham um caráter exploratório da natureza e de seu uso, mostrando que “este programa, na verdade, marcou uma mudança na política governamental brasileira, que passou a priorizar as grandes companhias agroindustriais, a produção agropecuária e os projetos de colonização privada [...]” (Serra; Fernandez, 2004, p.113).

A alocação das companhias mineradoras e agroindustriais na Amazônia, ao encontrarem naquele local uma série de recursos vantajosos que permitiram a exploração e uso das terras de maneira abusiva, passaram a investir na devastação da floresta para maximizar a exploração dos recursos, assim como foi introduzido na região grandes projetos para criação de gados, apesar do caráter geográfico e social da região ser contrário ao condizente para o avanço de grandes latifúndios (Kohlhepp, 2002). Ademais, Kohlhepp (2002, p.40) afirma que:

A rápida expansão de desmatamento por queimada em projetos de fazendas de gado causou danos irreparáveis aos ecossistemas, como erosão, perda de nutrientes por escoamento, encrustamento da superfície e distúrbios no balanço de águas. Além disso, a especulação de terra causou sérios problemas e conflitos violentos entre as populações indígenas e posseiros.

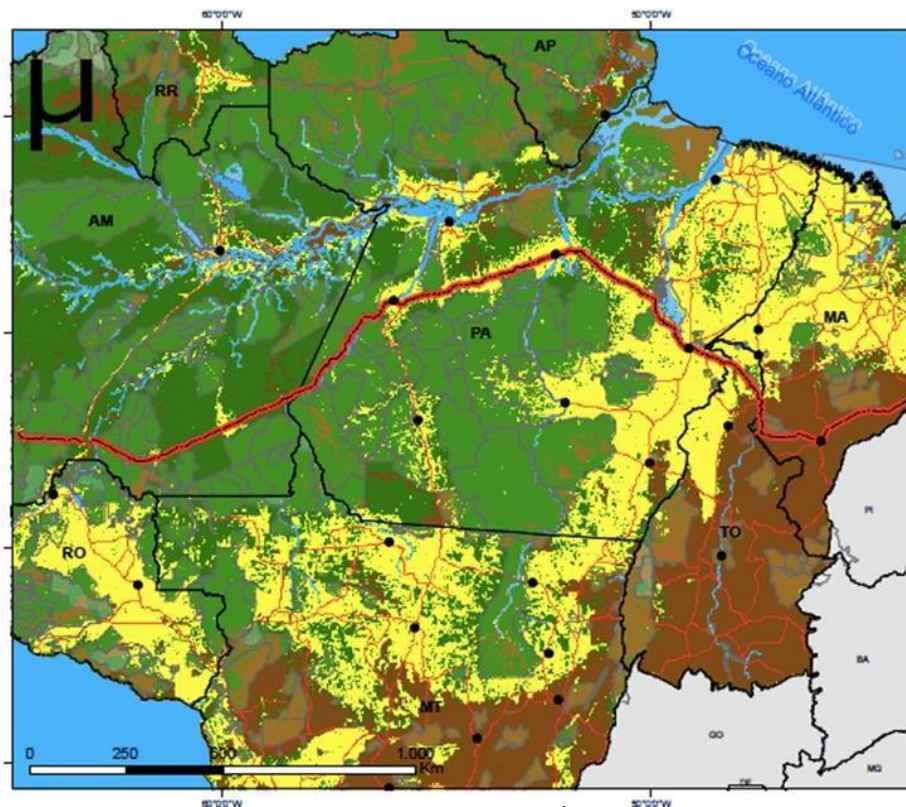
Em vista disso, é possível perceber que os projetos econômicos realizados para o desenvolvimento da região, como a Zona Franca de Manaus e POLAMAZÔNIA, serviram para acentuar o aumento da disparidade do desenvolvimento intra regional e também internacional, na qual ocorre um aumento da dependência da periferia em relação ao centro em ambos os níveis também (Kohlhepp, 2002). Desse modo, a partir 1970 é notável o aumento crescente do interesse na Amazônia, tanto no sentido econômico para captação de recursos minerais e naturais, mas também pela luta por sua preservação.

3.3 AS CONSEQUÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO

Com o Plano de Integração Nacional (PIN) e os programas econômicos promovidos, a região da Amazônia passou por uma série de mudanças estruturais, econômicas e sociais. Com a criação desenfreada de rodovias e projetos megalomaniacos, como a construção da Transamazônica (Figura 3), a colonização do território da Amazônia afetou diversos grupos sociais. A própria construção da rodovia Transamazônica, que foi iniciada com o propósito de ser uma das maiores rodovias do Brasil, a qual atravessaria o Brasil saindo da região Amazônica indo até

o nordeste, marcou uma série de problemas financeiros, sociais e sanitários na história da Amazônia (Braga, 2019). Além de servir como um instrumento para a infraestrutura da região, a Transamazônica também representava dentro da ditadura uma transnacionalização da hegemonia brasileira dentro da América do Sul, isso pois a rodovia inicialmente foi projetada para ter características intercontinentais, devido a ligações com eixos rodoviários da Bolívia e Peru (BRAGA, 2019).

Figura 3 - Mapa da Rodovia Transamazônica



Fonte: IPAM AMAZÔNIA, 2010

No entanto, a construção da Rodovia Transamazônica contou com diversos percalços que retratam, de maneira geral, a inconseqüência do planejamento regional projetado para a Amazônia.

De acordo com Braga (2019), diversos trabalhadores migraram de diversas partes do país em busca de uma oportunidade de trabalho na construção da rodovia, porém foram recepcionados com diversas adversidades, como más condições de

trabalho, atrasos de salários, violações de seus direitos trabalhistas, assim como situações de violência devido aos conflitos da região. Além disso, os trabalhadores também se encontraram com condições sanitárias precárias e falta de acesso à saúde básica, visto que, devido ao isolamento da região, não possuíam postos de saúde em um perímetro próximo, tendo que dessa maneira se deslocarem por quilômetros de distância. As condições de trabalho, devido ao calor e doenças tropicais, também contribuíram para proliferação das doenças, no entanto, os dados eram apagados nos relatórios oficiais para o fortalecimento da ditadura e para que não houvesse contestação das políticas adotadas (Souza, 2015).

De acordo com Souza (2015), o tratamento de apagamento da realidade dos imigrantes que vieram para trabalhar na construção da rodovia, junto com suas famílias, era similar às condições que os indígenas que ocupavam a região passavam, em que tinham que conviver com as más condições de qualidade de vida para a região, como a falta de postos de saúde e também a opressão e a violência da região advindo do crescente conflito por terras.

Em conjunto com os problemas sociais encontrados na construção da transamazônica, o projeto também contou com uma enorme taxa de desmatamento, em que para que fosse possível a construção da rodovia foi adentrado nos limites da floresta Amazônica, contribuindo com o aumento da devastação, expropriando também terra de populações indígenas e ribeirinhas que habitavam o território (Souza, 2015).

No quesito financeiro, o projeto da rodovia transamazônica também revela o seu fracasso, em que após um investimento de 1,5 bilhões de dólares, o governo brasileiro recebeu o projeto inacabado e com diversas consequências para região, como vilas abandonadas, degradação do meio ambiente, aumento da taxa de desigualdade social e violência na região (Braga, 2019).

Os demais fluxos migratórios promovidos pelo plano de integração nacional e programas econômicos da região também demonstraram a ineficácia das políticas públicas empregadas pelo governo ditatorial. De acordo com Alvarez (2016), na criação da Zona Franca de Manaus, os imigrantes, que partiram do interior e chegavam em busca de ofertas de trabalhos ofertadas, similantemente encontraram dificuldades. Devido a diáspora do interior para as regiões centrais, os centros urbanos passaram a sofrer com uma superpopulação e aumento das periferias. Em consonância com a superpopulação das periferias, o Estado também mostrou sua

falta de preparo em relação à infraestrutura urbana para a população pobre, como transporte público, educação, saúde, além de outros serviços essenciais, em que conforme apontado por Alvarez (2016, p. 127), “infraestrutura que o Estado havia garantido para as indústrias”.

Nesse sentido, Kohlhepp (2002, p. 40) afirma que, acerca do processo de desenvolvimento empregado pelos governos militares no qual “modernização conservadora “de cima”, exercida pelos governos militares que incorporavam o setor privado às elites regionais e nacionais por incentivos fiscais, tinha que manter a aparência democrática de modo a não colocar em perigo créditos internacionais.”

Diante desse cenário, o discurso nacional militar da ditadura brasileira, em que privilegiava o capital estrangeiro e tinha como objetivo a transnacionalização do capital, agiu com o intuito de oprimir ainda mais o proletariado e organizações operárias da região, para que o capital estrangeiro pudesse se manter beneficiado (Alvarez, 2016).

Dessa forma, além das condições precárias na qual a população se encontrava, o próprio posicionamento do Brasil diante do mercado internacional era de subordinação à dominação imperial, já que as multinacionais instaladas se aproveitavam dos benefícios fiscais, mão de obra desvalorizada regional e um mercado interno em crescimento (Alvarez, 2016). Como colocado por Gonçalves (2008, p.119),

De fato o modelo de desenvolvimento que se abateu sobre a Amazônia a partir dos anos 60 se fez a partir de uma íntima associação de interesses dos grandes capitais nacionais e internacionais, guiado por um projeto geopolítico da lavra de gestores territorialistas civis e militares e com suporte das agências multilaterais de fomento ao desenvolvimento, como o BID e o BIRD. Era a partir do aval dessas instituições que bancos privados e grupos empresariais italianos, alemães, norte-americanos e canadenses, entre outros, se sentiram seguros para fazer seus investimentos na Amazônia. Hoje, quando se faz uma avaliação dos resultados da implantação desse modelo, não há como se deixar de identificar a responsabilidade desses agentes na devastação e miséria que deixou em seu rastro.

Outra grande mudança realizada no território da Amazônia devido ao intervencionismo do governo na região é referente ao aumento das atividades agropecuárias. Conforme o programa POLAMAZÔNIA, o incentivo à ocupação de terras no território amazônico para a realização de atividades voltadas para produção agrícola e pecuária, junto com a oferta de terras, subsídios e o aumento das atividades agropecuárias da região, afetaram de maneira significativa o ecossistema da região.

De acordo com Madaleno (2011), em consonância com os projetos de construção de rodovia, os quais se adentravam nos limites geográficos da floresta, e os novos colonos recém chegados, ao se assentarem nas terras fornecidas para o governo para a fomentação de atividades econômicas, houve a transformação da distribuição geográfica da região.

De acordo com Lima e Pozzobon (2005), com o novo sistema pecuário implementado nos estados que compõem a Amazônia legal brasileira, pode ser caracterizado como os primeiros grandes processos de domínio privado, os que trouxeram diversas consequências sociais e ambientais para a região.

Uma das principais mudanças promovidas pelo novo grupo agropecuário instalado na região se refere à criação de novos tipos de latifúndios que antes não estavam inseridos na dinâmica social e econômica da região. Conforme Serra e Fernandez (2004) apontam, a construção dessa estrutura latifundiária – beneficiada dos subsídios ofertados pelo governo – foi voltada para grandes proprietários rurais, causando problemas que perduram até os dias atuais de grandes concentrações fundiárias. Com os grandes latifúndios, paralelamente ocorre um aumento da violência rural nessa região, em que:

Cabe aqui ressaltar que a violência rural está intrinsecamente associada à concentração fundiária e à especulação, que são frutos destas políticas de desenvolvimento, as quais, em última instância, foram responsáveis pela exclusão do acesso à terra de grande parte da população rural. Serra; Fernandez, 2004, p.116).

Diante de tais conflitos, Gonçalves (2012) afirma que a violência rural e os conflitos por terras se davam, principalmente, em torno dos eixos das construções rodoviárias, nos quais as populações indígenas e ribeirinhas eram expulsas e tinham suas terras expropriadas, enquanto populações de pobres imigrantes que chegavam na região e não encontravam condições para sua instalação, e tinham que dessa maneira “amansar” a terra, ou seja, derrubar a floresta para seu uso, mas mesmo após o desmatamento, eram pressionados a vender para fazendeiros ricos e latifundiários. Além disso, o contexto ditatorial de censura e opressão também serviram como um mecanismo para o silenciamento da situação, em que grupos paramilitares ofereciam serviços para fazendeiros latifundiários que consistiam na ameaça de morte, em alguns casos chegando até mesmo no assassinato, de indivíduos envolvidos na luta pelos seus direitos trabalhistas e humanos (Gonçalves, 2012). No mapa a seguir

Acumulam-se evidências de importantes mudanças na estrutura e desempenho do setor agropecuário nessa região, muitas das quais associadas à introdução de novas tecnologias, métodos e culturas no campo, cujos efeitos contudo afetam o ambiente natural - por via de desmatamento, erosão e poluição hídrica, entre outros [...].

Com a despreocupação de um procedimento sustentável dos recursos naturais e o aumento do latifúndio, o desmatamento da região amazônica teve um aumento profundo. De acordo com Madaleno (2011), o uso de terras, principalmente ao redor das rodovias construídas que serviriam de integração comercial transnacional, apresentaram um aumento da deterioração da floresta amazônica, em que “[...] no estado do Pará, revelaram que dos 3,5 milhões de hectares de pastagens plantadas em substituição da floresta ao longo das rodovias, 500 mil hectares de solo degradaram-se em apenas 12 anos” (Madaleno, 2011, p. 340).

Dessa forma, o papel das atividades agropecuárias latifundiárias promovidas na região amazônica são um consenso quando se trata acerca da responsabilização do desmatamento da região, visto que, além da destruição de áreas protegidas as atividades empobrecem o solo e destroem diversas pastagens e biodiversidade da região (Lima; Pozzobon, 2005).

Segundo Becker (2005), essa região que passou pela expansão da fronteira agropecuária é conhecida como “Arco do Fogo” ou “Arco do desmatamento”, devido ao grande avanço das atividades agropecuárias para o interior da floresta. No entanto, apesar da grande importância das atividades agropecuárias no desmatamento da região, como Serra e Fernandez mostram (2004, p. 117):

Na verdade, vários fatores concorreram para o desmatamento em larga escala sofrido pela região amazônica: a construção das grandes rodovias e das estradas vicinais; a criação de gado; a exploração de madeira; a colonização oficial e “espontânea”; a mineração e os projetos infra-estruturais associados (estrada de ferro, hidrelétrica, etc.); e a fundição de ferro gusa. Todos esses empreendimentos, estimulados pelo governo brasileiro, estão inter-relacionados e contribuíram consideravelmente para agravar o desmatamento e a degradação ambiental na região. Neste sentido, uma sensação de descrença quanto às perspectivas de se ter um desenvolvimento minimamente sustentável neste período era perfeitamente justificada, em virtude do quadro extremamente negativo delineado pelos sérios impactos sociais e ambientais adversos causados nas áreas urbana e rural.

Dessa maneira, os programas desenvolvimentistas viabilizados pelos governos militares para o desenvolvimento da Amazônia, deixaram uma herança de destruição e desigualdade social e ambiental na região, as quais alteraram todo o sistema socioeconômico da região, além de coagir a uma urbanização desorganizada, em que

todo o planejamento e investimento para infraestrutura estava concentrado na mão de grandes industriais e do capital internacional. Além disso, de acordo com Becker (2005), com as mudanças proporcionadas pelas atividades agropecuárias instauradas na região, o debate acerca do desmatamento e da preservação dos recursos naturais da Amazônia se fortalece durante esse período, trazendo para a discussão a necessidade da preservação do meio ambiente, e de que maneira promover o desenvolvimento com uma crescente preocupação acerca da sustentabilidade da região e o uso ecológico dos recursos naturais fornecidos.

4 UM NOVO PROJETO: AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

Como observado anteriormente, a visão acerca do papel da Amazônia, inicialmente esteve predominantemente associado ao seu valor geopolítico e geoestratégico, fundamentado a partir da ideia de que a região consiste em um *heartland* sul-americano, tornando necessário a ocupação e controle espacial do território. De acordo com tal perspectiva os projetos desenvolvimentistas dos governos militares focaram na construção de bases para a dominação espacial e a promoção do desenvolvimento econômico. Com a construção de rodovias, polos comerciais e outras formas de infraestrutura, os governos militares moldaram a região amazônica a base da teoria concebida pela escola geopolítica brasileira. Conforme Miyamoto (1995) destaca, as concepções geopolíticas incorporada pelos militares brasileiros, se guiavam pelas teorias de controle territorial e expansão da hegemonia brasileira com base em sua capacidade de expansão e influência econômica, militar e territorial.

Dentro desse contexto, a partir de 1970, surge uma outra discussão acerca do uso de recursos naturais e desenvolvimento econômico: o debate acerca da preservação do meio ambiente. Diante do debate global no tangente às mudanças climáticas e uso sustentável de recursos naturais, a Amazônia mais uma vez é colocada em foco. De acordo com Becker (2005) o aumento da discussão acerca do meio ambiente e ambientalismo, revelam o fato de que a região amazônica aumenta seu potencial em relação a sua importância de desenvolvimento da região, mas agora de uma ótica sustentável. Portanto, o desenvolvimento da Amazônia toma um novo sentido dentro da política brasileira, tanto a doméstica como também a externa.

4.1 AMBIENTALISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A preocupação pelos recursos naturais, ocorre desde os primórdios da história da humanidade, disputas pelo acesso a água, minerais, entre outros recursos sempre permeiam a história das nações. Com a industrialização e avanço do capitalismo, a exploração de tais recursos toma proporções ainda maiores, além disso, paralelamente ocorre uma crescente preocupação com o meio ambiente, devido às ações antrópicas. Diversas consequências podem afetar comunidades inteiras e alterar a dinâmica geográfica e biológica de diversos territórios, que passam a sofrer de aumento de queimadas, inundações, secas, e outros desastres naturais. Como consequência do avanço do capitalismo e a globalização, as consequências de tais

desastres se tornam globais, levantando um debate diante da comunidade internacional de como controlar as mudanças, garantir a preservação do meio ambiente e promover o desenvolvimento econômico (Oliveira; Moreira, 2019).

Diante do contexto de inquietação do cenário internacional no tangente a preservação do meio ambiente e mudanças climáticas, em 1972 ocorre em Estocolmo a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente humano, contando com a participação de 113 países e diversas ONGS (Oliveira; Moreira, 2019). “A Conferência exerceu um importante papel na formação do Direito Ambiental Internacional, reconhecendo a urgência em preservar o meio ambiente e de um agir por parte dos Estados para a consecução desse objetivo.” (Viera; Souza, 2013, p. 392). Dessa maneira, o problema passa a ser reconhecido institucionalmente, tornando possível a partir da Conferência a construção de normas legais para formação de um Direito Ambiental Internacional.

De acordo com Viera e Souza (2013) como resultado da Conferência, ficou acordado a necessidade de uma segunda Conferência, e foram redigidos dois documentos referente a discussão dos problemas ambientais: A Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Meio Ambiente Humano e o Plano de Ação para o Meio Ambiente. Na qual

A Declaração trata da necessidade da adoção de um critério e de princípios que ofereçam aos povos inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente em âmbito nacional e internacional. O Plano é composto por 109 recomendações que tratam da avaliação dos problemas ambientais, da gestão do meio ambiente, identificando os diversos problemas, e das medidas de apoio com vistas à informação e à educação ambiental. (Viera; Souza, 2013, p. 392)

Durante a Conferência, o Brasil teve um papel importante, demarcando fortemente os seus próprios interesses e também agindo como um representante dos interesses dos países da América do Sul. Isso pois, historicamente os países localizados na periferia global, não tiveram um impacto tão severo na degradação do meio ambiente. Dessa maneira, durante a Conferência, o Brasil junto com os demais comitês da América do Sul, tiveram um posicionamento relutante em relação aos critérios abordados na Conferência, já que a disparidade entre os países industrializados (centro) e os ainda em desenvolvimento (periferia) eram notáveis (Oliveira; Moreira, 2019). Portanto, foi adotada uma postura de priorização do desenvolvimento econômico ao ambiental, visto que “para esses países, a eliminação da pobreza deveria ser a prioridade máxima do homem e o desenvolvimento

econômico estava acima das preocupações ambientais. (Oliveira; Moreira, 2019, p. 103).

Como Oliveira e Moreira (2019) mostram, o posicionamento brasileiro em Estocolmo estava entrelaçado às políticas desenvolvimentistas nacionais desenvolvidas pelos militares, as quais priorizavam o investimento externo e a entrada de capital estrangeiro no país. Dessa forma, qualquer decisão que vetasse a oportunidade de expansão econômica brasileira era combatida pelo comitê brasileiro, o qual reforçava a ideia de que a preocupação com o meio ambiente deveria ser dos países centro, enquanto a periferia deveria se concentrar no desenvolvimento. Assim,

A posição brasileira em Estocolmo é definida exatamente pelo projeto desenvolvimentista do governo militar, onde qualquer posição que pudesse obstar o crescimento econômico nacional deveria ser rechaçada com firmeza (Oliveira; Moreira, 2019, p.113)

Assim, a posição do Brasil, e dos demais países em desenvolvimento, na Conferência levantou a discussão em torno do tema do desenvolvimento econômico e a preocupação com o meio-ambiente e sua necessidade de preservação. A partir daquele momento, surge o debate acerca do desenvolvimento, ambientalismo e futuramente o desenvolvimento sustentável. O conceito de ambientalismo, surge da concepção de um movimento social que preze a necessidade de proteção do meio ambiente, visando o combate a medidas que acentuam as mudanças climáticas (Jatoba; Cidade; Vargas, 2009).

A construção de um pensamento ambientalista, está associado a uma consciência ecológica da maneira com que as atividades humanas, e políticas empregadas, afetam o meio ambiente, e simultaneamente afetam a qualidade de vida dos seres humanos e outras espécies. (Jatoba; Cidades; Vargas, 2009). Em consoante com a institucionalização das políticas ambientais advindas do debate realizado em Estocolmo, o movimento ambientalista sofre uma mudança e passa a enfatizar seu caráter político, e agregam em sua cerne problemas de cunho institucional e econômico.

Dessa maneira, o movimento ambientalista a partir de 1970 expõe a problemática do modelo de produção global e a necessidade de uma mudança para que se possa combater as mudanças climáticas. De acordo com Jatoba, Cidade e Vargas (2009, p.56)

A crise do petróleo nos anos 1970 expôs a fragilidade da economia global, evidenciando a necessidade de mudanças no modelo fordista. Ela gerou ainda outro tipo de preocupação: a ameaça à sustentabilidade do modelo econômico por causa do esgotamento progressivo de recursos naturais do planeta.

Portanto, a Conferência de Estocolmo serviu como um catalisador para a propagação de políticas e medidas voltadas para a preservação ambiental. Como citado anteriormente, a posição dos países em desenvolvimento diante da crescente do pensamento ambientalista, fez com que se tornasse necessário uma medida que conciliasse o meio ambiente e desenvolvimento. Nesse sentido, surge a tese do desenvolvimento sustentável, como uma maneira de articular a necessidade do crescimento econômico e a preservação ambiental (Jatoba; Cidade; Vargas, 2009).

O termo desenvolvimento sustentável surgiu pela primeira vez no Relatório da Comissão de Brundtland 1987, o qual defende que o desenvolvimento pode ser afetado pelas mudanças climáticas, colocando dessa maneira em foco a qualidade de vida dos seres humanos, e conseqüentemente mudando de foco do ambientalismo em si (Jatoba; Cidade; Vargas 2009). No entanto, apesar do marco do desenvolvimento sustentável se dar a partir da ambientação do conceito no Relatório de Brundtland, anteriormente já existia um termo antecessor, o ecodesenvolvimento.

O Ecodesenvolvimento é um conceito empregado por Sachs (2009) que busca conciliar o crescimento econômico, focando na máxima da produção com a menor quantidade de recursos possíveis, para que ocorra a preservação do meio ambiente, além de enfatizar também que é necessário uma distribuição de renda igualitária. Dessa maneira, o surgimento do desenvolvimento sustentável surge como uma evolução da ideia de ecodesenvolvimento. Para Sachs (2009) o desenvolvimento sustentável possui 08 pilares:

- I. Dimensão Social: igualdade de renda e recursos a todos.
- II. Dimensão Ambiental: preservação da natureza e dos recursos naturais.
- III. Dimensão Territorial: desenvolvimento das regiões urbanas e rurais.
- IV. Dimensão econômica: equilíbrio no desenvolvimento e continuidade de produção.

- V. Dimensão Cultural: a possibilidade de inovação, mas também da manutenção da tradição.
- VI. Dimensão Psicológica: para entender o relacionamento do ser humano com o meio-ambiente.
- VII. Dimensão Política Nacional: consistindo na garantia de uma democracia fortalecida.
- VIII. Dimensão Política Internacional: pacto de cooperação internacional, para a manutenção da paz e prosperidade científica e cultural da sociedade internacional.

Assim, se percebe que a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de 1972, foi um marco fundamental para o avanço da discussão acerca da necessidade de um desenvolvimento sustentável, e também da posição que os países devem tomar para conciliar o crescimento econômico, com a preservação do meio ambiente. Apesar do posicionamento do Brasil diante da Conferência, diante da comunidade internacional se levanta a preocupação acerca da preservação da maior floresta tropical do mundo.

Nesse sentido, a inserção da Amazônia dentro do cenário internacional toma uma nova face, em que a visão de toda a comunidade internacional se volta para a proteção dos recursos naturais. Dessa forma, se torna necessário que os países detentores da Amazônia detenham a soberania sob a região e mantenham o controle acerca do desenvolvimento social, econômico e científico desenvolvido. Portanto, a cooperação internacional acerca da região amazônica se torna um foco importante para a política de desenvolvimento nacional e internacional brasileira.

4.2 A PANAMAZÔNIA

De acordo com Becker (2007), a partir desse momento em que a preservação do meio ambiente se torna um uma preocupação dentro da comunidade internacional, a Amazônia adquire um novo valor estratégico. Isso pois, com o avanço dos debates, a preocupação com a utilização dos recursos naturais também entra em foco, criando um mercado da natureza, em que a disponibilidade da natureza e seus recursos, como água, ar, vida, se tornam mercadorias. Dessa maneira, a natureza se torna um produto

mercantilizado e são propostas novos instrumentos de regularização e normas desse regime ambiental internacional:

É o que se verifica com a tentativa de implementar formas de governabilidade global sobre o ambiente planetário mediante o estabelecimento de regimes ambientais globais, e de sistemas de normas e regras específicas estabelecidas por um instrumento multilateral legal para regular ações nacionais numa dada questão.

Dessa forma, a finalidade desses mercados é buscar novas formas de promover o desenvolvimento sustentável por meio de medidas e regras para o uso consciente dos recursos naturais, em que possa se ter rastreabilidade das consequências da degeneração ambiental. Diante desse novo mercado, países periféricos, principalmente o Brasil, encontram uma nova gama de possibilidades de investimentos para a promoção de novos sistemas agroflorestais de preservação do meio ambiente, e absorção da produção de gás carbônico de outros países (Becker, 2007). Dessa maneira, ocorre uma forte atração de investimentos internacionais em projetos biosustentáveis brasileiros.

No entanto, além do investimento econômico, existe também um movimento acerca da preservação da biodiversidade, já que “[...] os recursos biológicos foram declarados patrimônios nacionais, afirmando-se o direito soberano dos Estados de explorar seus próprios recursos.” (Becker, 2005, p. 42). Assim, é colocado em discussão a detenção acerca dos domínios da biodiversidade, e também a distribuição do conhecimento adquirido com estudos. Diante desse contexto, os países detentores de uma parte territorial da Amazônia precisam garantir a soberania sob o território, e fazer com que toda produção, seja em seu viés econômico ou científico, seja também usufruída para o bem e desenvolvimento de sua nação.

Além disso, os diversos recursos naturais fornecidos pela Amazônia também atraem uma gama de investimentos estrangeiros. Conforme visto, anteriormente os países industrializados estavam interessados na exploração dos recursos, deixando um rastro de destruição para os países explorados lidarem. No entanto, apesar da contínua exploração em recursos naturais essenciais para itens de maior valor agregado, passa a ocorrer o aumento de investimento em projetos voltados para o desenvolvimento sustentável, principalmente no setor de energia renovável. Dessa maneira, além da necessidade do trabalho em conjunto dos países amazônicos para a garantia da segurança da região, afim de evitar biopirataria, desmatamento, e

atividades ilícitas, existe também a necessidade de cooperação para garantir o desenvolvimento da região em sua totalidade.

De acordo com Becker (2005, p. 54)

A coordenação de esforços entre os países amazônicos é um elemento central do novo enfoque para o desenvolvimento da região, por permitir maior eficiência na execução de programas que promovam o seu desenvolvimento interno, nas negociações internacionais e no “uso de bens públicos internacionais”

Portanto, se torna necessário uma nova abordagem para os países que dividem a fronteira amazônica, em que ocorra a fomentação da cooperação para a exploração desse novo potencial da região. Por conseguinte, no dia 03 de julho de 1978 é assinado o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), em que a Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, assumem suas responsabilidades diante da região amazônica, e institucionalizam a promoção da cooperação internacional entre os países no que toca a realidade do desenvolvimento da região. A finalidade do tratado, também abarca a necessidade de que se tenha uma ação em conjunto para a preservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais da Amazônia (Viera; Souza, 2013).

De acordo com Becker (2005) o Tratado de Cooperação Amazônica, também tinha um importante papel em relação à segurança e soberania dos territórios. Isso pois, a partir das discussões realizadas na Conferência de Estocolmo acerca dos problemas ambientais, a internacionalização da Amazônia se torna novamente um assunto eminente, em nome do ambientalismo. Sendo questionada a noção “tradicional” de soberania quando se trata de ameaças ambientais, as quais afetam todas as nações. Portanto, a inserção de pautas ambientais dentro do tratado reafirma o posicionamento dos países diante de seus territórios e recursos.

Além disso, o tratado também buscava como objetivo garantir que através do desenvolvimento fosse estimulada a integração regional entre os países, visando promover uma maior estabilidade na região, e principalmente nas zonas fronteiriças entre os países. Ao estimular a integração e cooperação dos países por meio de uma via que preza a multilateralidade de redes locais, consegue manter a resistência de pressões de exploração da região vinda de países no centro.

O TCA passa a ser utilizado como um guia para regulamentar as normas e diretrizes dos assinantes, em que apesar de não haver sanções aos países que descumpram o acordado, ocorre a demarcação dos direitos e obrigações dos países

signatários, tornando esse um tratado que demarca um pioneirismo quando se trata de acordos multilaterais ao explicitar a questão ambiental (Viera; Souza, 2013). Nesse sentido, o TCA vai harmonizar a ideia de que é possível um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental.

Apesar de como pontuado anteriormente a posição brasileira dentro da Conferência de Estocolmo ser contrária a adoção de uma consciência de sustentabilidade, visto a necessidade do desenvolvimento econômico. O TCA revela um outro lado da discussão ambientalista no qual o governo brasileiro goza de inúmeras oportunidades, sejam elas no campo econômico ou científico. No entanto, um dos pontos principais que levaram o Brasil a ser signatário do Tratado de Cooperação Amazônica durante seu contexto ditatorial, remete à ideia destacada pelo comandante Meira Mattos já abordada de Panamazônia.

Para Mattos, a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica é a melhor oportunidade de garantir uma integração dos países da região amazônica acerca de objetivos comuns, compactuando para a criação de uma estratégia em comum entre tais países, a qual não dava margem para que as soberania de um país fosse questionada através de outras iniciativas dentro da região. Nesse sentido, o pacto pelo tratado que é envolto na ideia de Panamazônia, tem como característica a garantia da defesa dos interesses soberanos dos países amazônicos sob a região (Medeiros, 2016).

Dessa maneira,

A proposta estratégica Pan-Amazônica de Mattos abre mão de pretensões expansionistas, no sentido da predominância política do Brasil na região, em prol de uma integração sólida, assegurando um pacto pela defesa da região pelos países amazônicos e suas soberanias nacionais. É nesse sentido que a geopolítica preconizada por Meira Mattos estabelece três áreas-polos de referência para a integração e expansão do território amazônico à institucionalização político-econômica dos países do pacto amazônico: sistema Solimões-Juruá (Brasil, Colômbia e Peru); sistema Negro-Branco (Brasil, Guiana, Venezuela, Colômbia); sistema Madeira e sistema Purus (Brasil, Peru, Bolívia) (Medeiros, 2016, p.49).

Em vista disso, a relação da Panamazônia e o TCA, demonstram a continuidade por parte dos governos militares de expandir o esforço para o desenvolvimento da região amazônica. Ademais, também é reconhecido o interesse em comum dos demais países no desenvolvimento da região, fazendo com que conforme programado no projeto brasileiro, fosse de acordo geral entre os outros países que o desenvolvimento da região se tornasse uma competência exclusiva de

tais países. Portanto, com a afirmação da cooperação internacional acerca dos assuntos de desenvolvimento e proteção da Amazônia, é traçada uma estratégia que seja possível a abrangência de todas as especificidades dos países, sendo provido institucionalmente a garantia da soberania de cada Estado sob sua porção de território (Medeiros, 2016).

Portanto, a concepção de uma Panamazônia, conforme concebida pelo general Meira Mattos, recebeu na criação do Tratado de Cooperação Amazônica uma institucionalização que alavanca o planejamento da região Amazônica para novos patamares, além do econômico. Isso pois, com o acordo de cooperação, uma gama de oportunidades para o desenvolvimento da região se tornam possíveis. Além disso, é elencado em conjunto o projeto de integração com os países da América do Sul, no qual o Brasil se torna um foco central para a circulação científica e também de um protagonismo internacional ao institucionalizar um tratado que explicitamente anuncia a necessidade de um plano ambiental.

A partir desse contexto, em que o Estado brasileiro institucionalizou internacionalmente um plano de cooperação para o desenvolvimento e proteção da Amazônia, se inicia um novo ciclo para a posição da região na agenda brasileira. Isso pois, conforme visto, a discussão acerca da preservação ambiental se torna latente, fazendo com que os países assumam uma posição referente a adoção de medidas sustentáveis, seja ela referente a um compromisso com a sustentabilidade ou o pacto com o modo de produção vigente.

Dentro desse contexto, conforme Becker (2007) aponta, a Amazônia para o território brasileiro se torna uma peça central para que seja forjado um novo posicionamento do país diante do cenário internacional, e também diante de suas políticas públicas econômicas e ambientais. Assim, a partir desse momento o território amazônico adquire um novo significado geopolítico, em que se caracteriza como um antro da fronteira global de capital natural. Demarcando dessa maneira, a necessidade novas políticas eficientes para o desenvolvimento da região, que abarque tanto sua potência científica como também um projeto voltado para sustentabilidade.

4.3 UMA NOVA PERSPECTIVA PARA AMAZÔNIA

Apesar da movimentação internacional acerca da conscientização ambientalista, no Brasil de fato a discussão a respeito do desmatamento da Amazônia só toma proporcionalidade com a morte do ativista ambiental Chico Mendes. A morte de Chico Mendes ocorre em 1988, logo após o ativista ter denunciado para diversos veículos de notícia o desmatamento da região da Amazônia. Com as denúncias realizadas, Chico, líder sindical seringueiro, havia angariado diversas críticas dos setores conservadores, ligados à agricultura e à pecuária da região. Para os críticos, o alinhamento com o movimento ambientalista significava que o seringueiro estava a serviço como um agente internacional das potências interessadas nos recursos, e contra ao desenvolvimento da região (Gonçalves, 2012).

Para Becker (2005) a repercussão do assassinato de Chico em conjunto com a crescente pressão acerca de temas ambientais, demarca para a política brasileira uma dimensão social ao debate ambiental referente ao desmatamento da Amazônia. Isso ocorre, pois a dimensão internacional referente a cobertura da morte de Chico, deu visibilidade para as demais lutas políticas que aconteciam na região, como a dos seringueiros (grupo no qual Chico fazia parte), e principalmente da população indígena originária daquele território. A luta da população indígena a partir desse momento também mostra a força de sua interseccionalidade com o movimento ambientalista, visto que as a proteção de seus territórios tradicionais também são ameaçadas pelo avanço de agricultores, pecuaristas e madeireiros na região.

Nesse mesmo ano além do assassinato de Chico Mendes, outros acontecimentos também evidenciaram a exposição da região Amazônica pra a sociedade civil e internacional. Entre eles fica destacado o questionamento de diversas ONGs e outras instituições acerca das políticas empregadas pelo governo federal para o desenvolvimento da região. Além disso, simultaneamente ocorriam protestos realizados pelas populações indígenas referente a construção de duas represas em Xingu, protestos esses que também descredibilizavam e questionavam os programas de desenvolvimento instrumentalizados na região (Serra; Fernandez, 2004).

Diante do contexto de inquietação com os programas de desenvolvimento realizados e denúncia diante do crescente desmatamento da região, diversas instituições internacionais também manifestaram descontentamento com a situação.

A principal instituição que se manifestou foi o Banco Mundial, pois anteriormente constava com um histórico de investimento nos programas empregados pelo governo para o desenvolvimento da região, e que conforme nas denúncias mostravam foram projetos que se tornaram ambientalmente e socialmente nocivos (Serra; Fernandez, 2004). Dessa maneira, de acordo com Becker, 2005, p.118)

[...] a pressão internacional em torno da devastação dos recursos florestais na Amazônia levou o governo brasileiro a introduzir modificações importantes na legislação ambiental, definindo, entre outras, os “espaços territoriais” a serem especialmente protegidos pelo poder público, e deu força, cada vez maior, às reivindicações dos índios pela garantia da posse da terra de seus ancestrais.

Durante esse período, o governo brasileiro já estava em seu processo de redemocratização, na qual no ano de 1985 ocorre a posse de José Sarney como presidente. Com a retomada da democracia e de instituições democráticas no Brasil, as pressões nacionais e internacionais referente ao meio ambiente e Amazônia, as quais perpassavam o governo brasileiro, se tornam alvo de foco e de atenção para Sarney. Isso pois, com o foco voltado de toda comunidade internacional voltada para a Amazônia brasileira e seu crescente desmatamento, o governo de Sarney passa a incluir em sua agenda temas socioambientais (Prado; Miyamoto, 2010).

Dessa maneira, de acordo com Correa (2006) a pauta ambiental se torna um ponto chave para o governo brasileiro, que precisa simultaneamente se organizar democraticamente e lidar com as pressões externas as quais vinha sofrendo. Assim, Sarney toma uma série de medidas para conseguir conciliar as revoltas internas e retomar a confiança para com as instituições multilaterais. Nesse sentido, Sarney toma uma série de medidas para lidar com tal problemática, em que a primeira medida adotada pelo governo de Sarney foi reconhecer que o desenvolvimento deve ser compatível com um modelo sustentável.

No entanto, as medidas adotadas por Sarney não pararam apenas no reconhecimento da necessidade de uma agenda sustentável para o desenvolvimento do país, mas também em um comprometimento com a cooperação internacional para temas do desmatamento e meio ambiente, principalmente da Amazônia. Dessa maneira, para sintetizar o comprometimento do Brasil mediante a isso, o país se ofereceu para sediar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que iria ocorrer em 1992. Demonstrando dessa forma, a inserção

do tema na agenda de política externa brasileira, e a ênfase da nova agenda brasileira em temas voltados para o meio ambiente e sustentabilidade (Correa, 2006).

Além das medidas de comprometimento em um âmbito internacional, o então presidente Sarney também tomou outra iniciativa importante para o compromisso de preservação do espaço amazônico, a criação do programa “Nossa Natureza” em 1988. Em que de acordo com Prado e Miyamoto (2010, p.78), além da consideração com a preservação da natureza, também retoma a preocupação militar com o espaço amazônico dentro do território brasileiro

[...] o Programa Nossa Natureza, se enquadram dentro da preocupação em demonstrar o interesse e a necessidade de ocupar da melhor forma possível o espaço amazônico, se bem que criticado, por tratar a questão ambiental sempre sob prisma estratégico-militar.

Por conseguinte, o “Nossa Natureza” marca a primeira tentativa do governo brasileiro em formular políticas ambientais, além de ser o pioneiro em adotar uma perspectiva de desenvolvimento sustentável em seu projeto de governo, mas ele também buscou favorecer as comunidades locais e fornecer apoio aqueles colonos que haviam chegado na região e não encontraram nenhum tipo de suporte do governo (Serra; Fernandez, 2004). Além disso, o programa lançado “contemplava especialmente o fim dos subsídios para agropecuária extensiva na Amazônia com a proibição do uso do mercúrio nos garimpos e com a adoção de mecanismos mais eficazes de controle da exploração madeireira” (Correa, 2006, p. 544).

Outra característica do programa criado por Sarney, consiste na criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O órgão possui a finalidade de monitorar e fiscalizar assuntos que referem a preservação do meio ambiente e garantir que haja o policiamento acerca das ações aplicadas em ambientes naturais, que possam prejudicar a natureza e seus recursos naturais. Dessa maneira, a criação do IBAMA reforça a tentativa do governo brasileiro de formular políticas ambientais, e de institucionalizar por meio de um órgão a necessidade de desenvolver um posicionamento de preservação ao meio ambiente e consciente de sua sustentabilidade (Serra; Fernandez, 2004).

A partir desse momento, se evidencia dentro da agenda política brasileira a necessidade de inclusão de temas voltados para o meio ambiente, principalmente na tangente do desenvolvimento sustentável. Apesar da pressão internacional, internamente se revela forças antagonistas no debate da sustentabilidade, de elites

locais que sempre se privilegiam de benefícios fornecidos pelo governo para suas atividades econômicas. De acordo com Gonçalves (2012), dentro do território da Amazônia, a elite local que surgiu dos pecuaristas, madeireiros e aqueles ligados à construção de estradas da região, protestaram contra as ideias ambientalistas, alegando que a adoção dessa perspectiva impediria o progresso e desenvolvimento.

Portanto, o antagonismo de ideias que surgem diante de como lidar com o desenvolvimento da região e interesse externo nos recursos naturais, reforçam a relocação da importância geoestratégica que a Amazônia toma diante do território brasileiro. Conforme visto anteriormente, a partir da linha ideológica militar, o território amazônico tinha uma função ordenadora espaço social dentro da geografia brasileira, que seria essencial para garantir a soberania territorial brasileira, e fomentar o crescimento e expansão das barreiras fronteiriças. Diante dessa visão geopolítica clássica acerca do papel da Amazônia para o Brasil, o projeto desenvolvido de colonização dos espaços vazios e construção de uma infraestrutura econômica, demonstra a conformação dos militares com o plano geopolítico global, e sua ideia de desenvolvimento estritamente conservador e ligado aos planos de investimento do grande capital.

Apesar disso, com a virada do discurso desenvolvimentista industrial e a chegada das mudanças climáticas, novamente se consolida a importância geopolítica da região amazônica, e seu papel fundamental para o desenvolvimento brasileiro. Agora, a partir de uma ótica sustentável, Becker (2005) afirma que se torna um desafio para o Estado brasileiro conciliar a necessidade de desenvolvimento e a potencialidade sustentável da região.

Dentro desse contexto, os recursos naturais da Amazônia também se tornam um alvo de interesse internacional. Em que, de acordo com Costa e Alves (2018, p.79)

Para sobreviver, as grandes potências dependem do acesso à vasta fronteira internacional de recursos naturais estratégicos. A região amazônica, por sua vez, possui grande estoque desses recursos e, assim, passa a ser referência nas políticas de planejamento estratégico por parte de economias hegemônicas. Essas políticas, muitas vezes, escondem interesses materiais e geopolíticos, mascarados por uma hipotética preocupação ambiental.

Dessa maneira, o interesse de países industrializados no território da Amazônia não se trata apenas do interesse devido às contribuições para o aumento do efeito estufa, ou a preservação da natureza para o combate às mudanças climáticas. Trata-se também da cobiça acerca dos recursos naturais, que consistem em uma rica

biodiversidade que reflete um rico patrimônio genético (Gonçalves, 2012). A partir dessas mudanças, Becker (2005) destaca a forma com que a Amazônia se transforma em uma fronteira do capital natural de uso científico-tecnológico. Dessa maneira, o desenvolvimento da região seja no quesito do planejamento econômico ou espacial, recebe ainda importância devido ao novo caráter geopolítico adquirido pela região.

Além disso, conforme visto, novos grupos sociais em ascensão que estabelecem relações com as discussões acerca da preservação do meio ambiente e uso sustentável dos recursos da região, como os indígenas, também se tornam atores importantes para um novo planejamento estratégico do espaço geográfico. Acrescentando dessa maneira a necessidade de que para um projeto de desenvolvimento da região, ocorra um diálogo com a necessidade da preservação das áreas indígenas e de suas demandas.

Dessa maneira, segundo Becker (2005) fica explícito o novo caráter adquirido pela região amazônica, no qual ainda conta com um vasto potencial de crescimento econômico para o Estado, em que no entanto deve ser conciliado como uma visão sustentável. Além disso, apesar das iniciativas para preservação de áreas protegidas, ainda ocorrem iniciativas que facilitam o avanço do desmatamento. Assim, é necessário que seja constituída uma conjuntura que dialogue com os diferentes antagonismos que cercam o uso dos recursos e fronteiras da região.

Assim, a posição da Amazônia a partir de 1990 demonstra os conflitos com que o país enfrentaria referente a um planejamento político para região, que conciliasse a transnacionalidade do potencial econômico da região e a projeção de sustentabilidade. Portanto, como destacado por Becker (2007) a região amazônica moderniza seu caráter geopolítico para a formulação de uma estratégia brasileira de desenvolvimento e projeção na política internacional pela necessidade de um programa que concilie as demandas econômicas e ambientais. Em que contando com a importância dos recursos naturais, o país mantém sua posição de soberania e exponencial seu potencial de desenvolvimento econômico e tecnológico científico. Dessa maneira, “hoje, a Amazônia não é mais mera fronteira de expansão de forças exógenas nacionais ou internacionais, mas sim uma região no sistema espacial nacional, com estrutura produtiva própria e múltiplos projetos de diferentes atores” (Becker, 2005, p. 82).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da tomada do governo pelos militares em 1964, ocorre de fato uma mudança no posicionamento da política brasileira referente a Amazônia, a qual se baseia na construção teórica geopolítica exposta passa de fato a centralizar as iniciativas governamentais para o desenvolvimento da região. De maneira ampla, são formulados os dois Planos Nacionais de Desenvolvimento, os quais foram colocados em foco no desenvolvimento e ocupação da região amazônica. No entanto, de fato o maior programa voltado para integração foi o PIN, responsável pela colonização do território a fim de ocupar os vazios demográficos, além de ser o responsável pela construção de linhas rodoviárias, como o caso da Transamazônica.

Conforme visto no segundo capítulo, além do PIN que tinha como finalidade a integração e construção de uma infraestrutura rodoviária, o planejamento de programas para a Amazônia durante esse período também tiveram motivações de fortalecer as políticas econômicas. Com a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) por meio das Operações Amazônia, e do programa POLAMAZÔNIA, se torna evidente o interesse dos militares em explorar os recursos naturais e inserir a região dentro de uma dinâmica econômica de exploração e agropecuária. De acordo com Kohlhep (2002) a realização de tais projetos contou com uma série de subsídios fiscais e tributários para a atração de investidores para a região.

Dessa maneira, é notado também que a partir de tais projetos de desenvolvimento econômico, foi privilegiado investidores internacionais, entregando a eles todas as condições necessárias para que fosse aproveitado dos recursos oferecidos pelo governo. A partir dessa entrada de capital externa, preocupada apenas com o lucro, a migração para uma região sem estrutura de recursos básicos e o aumento de atividades de exploração e pecuária, os projetos desenvolvidos pelos militares para a região amazônica se mostraram na verdade como um retrocesso. Conforme pontuado por Gonçalves (2008) ocorre um aumento de conflitos e violência rural na região, além da expulsão de indígenas que já habitavam o local para que fosse possível o cumprimento dos programas formulados pelos militares, os quais beneficiaram o grande capital.

Portanto, a partir do segundo capítulo foi possível entender a forma com que se deu o projeto de desenvolvimento econômico e integração na Amazônia, e a quem de fato tais programas beneficiaram. Explicitando a relação dos militares com a

burguesia brasileira, e principalmente a aliança com o capital internacional. Permitindo a entrada de investimento estrangeiro na exploração dos recursos naturais. Além disso, a colonização da Amazônia e investimento em projetos de agropecuária, revelam o início do desmatamento da floresta, e levantam a discussão acerca da preservação ambiental.

Para entender a discussão acerca do desmatamento e a preservação ambiental, no terceiro capítulo é discorrido acerca das mudanças institucionais no âmbito internacional com a Conferência de Estocolmo em 1972, a discussão acerca da preservação ambiental é colocada em pauta. Novamente nesse momento a Amazônia se torna um foco na discussão, visto que como uma área de grandes recursos naturais, assim com o discurso de preservação ambiental, diversos países já industrializados passam a se interessar na globalização dos bens naturais fornecidos pela região.

Diante disso, a posição brasileira diante da Amazônia passa a ser a de continuar a desenvolver a região, mas a partir desse momento também se tem o destaque para a garantia da soberania do governo sob o território. Assim, resgatando a ideia de Panamazônia de Meira Mattos, se entende que a assinatura do TCA é uma forma de tais países promoverem o desenvolvimento da região, seja sob iniciativas sustentáveis ou econômicas, e também manter sua soberania diante do território.

Além disso, o terceiro capítulo também tem como função demonstrar que ao centralizar a Amazônia no cerne da discussão de desenvolvimento sustentável, o Estado brasileiro novamente passa a projetar na região um projeto geopolítico de desenvolvimento. De acordo com Becker (2005) com a necessidade crescente da adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, a Amazônia retoma um caráter geopolítico importante para o desenvolvimento brasileiro, em que se torna necessário uma mudança na agenda de políticas para o desenvolvimento da região, sendo necessário que seja forjado de fato políticas públicas baseadas nas necessidades reais da região e do Estado brasileiro, e não apenas em uma idealização de *heartland* e grandeza promovida pelos militares. Nesse sentido, fica exposto a forma com que a vertente do desenvolvimento sustentável se torna um pilar para a projeção de uma agenda política de projetos futuros no território amazônico.

Se torna evidente a forma com que a partir do golpe militar em 1964, a Amazônia passa a ser uma peça fundamental para a estratégia de desenvolvimento brasileiro, e também para a agenda de política externa do governo brasileiro. Assim,

os projetos para o desenvolvimento do território amazônico realizados com finalidade de integração, segurança e desenvolvimento econômico, apontam a forma com que a região foi instrumentalizada como uma projeção dos interesses brasileiros de alcançar um status de grandiosidade e prosperidade do país. Portanto, a partir da reordenação do espaço geográfico e implementação de uma rede de incentivos econômicos, se caracterizou a importância da projeção estratégica do território.

Dessa forma, o trabalho apresentado teve como finalidade mostrar o progresso das políticas de desenvolvimento da Amazônia, e entender o contexto no qual se encaixavam. Conforme visto, com os programas desenvolvidos pelo governo militar para a região, a única herança deixada foi a desigualdade social e econômica e desmatamento, além da repressão de grupos já marginalizados. No entanto, com o levante do desenvolvimento sustentável, a nova posição geopolítica conquistada pela Amazônia demonstra uma gama de possibilidades para de fato um melhor planejamento da região. Por isso, para pesquisas futuras, se torna fundamental entender a forma com que o desenvolvimento sustentável marcou de fato uma nova inserção da Amazônia como uma aposta para a geopolítica brasileira, e a forma com que foram criados e ampliados os programas de desenvolvimento da região, sendo eles de caráter sustentável ou não.

REFERÊNCIAS

- ÁLVAREZ, Gonzalo Pérez. Amazônia brasileira e Patagônia argentina: planos de desenvolvimento e soberania nacional. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 30, n. 88, p. 117-138, dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/BTW46r5rvxvnj4RRMBdJLGL/>. Acesso em: 30 abr. 2024.
- BECKER, Bertha K.. **AMAZÔNIA**: geopolítica na virada do iii milênio. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia . **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 53, p. 71–86, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10047..> Acesso em: 22 abr. 2024.
- BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. FRONTEIRA AMAZÔNICA E PLANEJAMENTO NA ÉPOCA DA DITADURA MILITAR NO BRASIL: inundar a hileia de civilização. **Boletim Goiano de Geografia**, [S.L.], v. 30, n. 1, p. 13-33, 31 ago. 2010. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/bgg.v30i1.11191>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/11191>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- BRAGA, Magno Michell Marçal. CONSTRUTORES DO “BRASIL GRANDE”: trabalhadores da transamazônica. **Ars Histórica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 33-54, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/46709/25215>. Acesso em: 28 jul. 2023
- CORREA, Luis Felipe de Seixas. A Política Externa de José Sarney. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (org.). **Sessenta Anos de política Externa Brasileira (1930-1990) Volume I**: crescimento, modernização e política externa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006. p. 512-546.
- CARVALHO, André Luiz de. AMAZÔNIA: modelos de desenvolvimento e a questão zona franca de manaus. **Geografia em Questão**, [S. L.], v. 8, n. 2, p. 109-128, out. 2015. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/12185>. Acesso em: 15 maio 2024
- COSTA, Júlia Fernanda Vargas da; ALVES, Nina Sanmartin Moreira. Os recursos estratégicos da Amazônia brasileira e a cobiça internacional. **Revista Perspectiva**: reflexões sobre a temática internacional, [S. L.], v. 11, n. 20, p. 65-86, set. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/80679>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- COSTA, Wanderley Messias. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo: Edusp, 1992.
- FERNANDES, A. S. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva.

Antíteses, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 831–856, 2009. DOI: 10.5433/1984-3356.2009v2n4p831. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/2668>. Acesso em: 31 jul. 2023.

GONÇALVES, Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. TEMPORALIDADES AMAZÔNICAS: uma contribuição à ecologia política. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 17, p. 21-31, jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/13410>. Acesso em: 13 abr. 2024.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 47-87, abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/CSrVxYphhYvHrgcZgRNF8WF/?format=html>. Acesso em: 02 maio 2024.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 16, n. 45, p. 37-61, ago. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200004>. Acesso em: 05 maio 2024.

LENIN, Vladimir. **O IMPERIALISMO, ETAPA SUPERIOR DO CAPITALISMO**. Campinas: Unicamp, 2011

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 19, n. 54, p. 45-76, ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/cHMOV7HtyhqvBRspJYwVVFQK/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

MACIEL, Dulce Portilho; CARVALHO, Lígia Maria de; LEMES, Fernando. Integração nacional no Brasil: as grandes rodovias da Amazônia (1970-1979). **Dimensões**, [S.L.], v. 1, n. 44, p. 89-120, jun. 2020. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2020v13n25p278>. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8653858>. Acesso em: 30 jul. 2023

MADALENO, Isabel M.. DESENVOLVER A AMAZÔNIA? HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO HUMANA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA. **Revista Espaço e Geografia**, [S. L.], v. 14, n. 2, p. 331-360, nov. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/39942>. Acesso em: 14 abr. 2024.

MEDEIROS, Rodrigo Augusto Lima de. A ditadura de 1964 e o governo da natureza: a construção de uma Amazônia geopolítica. **Universitas Humanas**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 41-58, 20 jun. 2016. Centro de Ensino Unificado de Brasília. <http://dx.doi.org/10.5102/univhum.v12i1.3256>. Disponível em:

<https://www.publicacoes.uniceub.br/universitashumanas/article/view/3256>. Acesso em: 16 abr. 2024

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papyrus, 1995.

NETO, Thiago Oliveira. Rodovia Transamazônica: o projeto de integração deu certo?. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, São Paulo, Brasil, v. 5, n. 2, p. 284–308, 2015. <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/139510>. Acesso em: 03 maio 2024.

OLIVEIRA, Natália Couto de; MOREIRA, Paula Gomes. O Brasil e as três conferências das Nações Unidas sobre meio ambiente. *História e Economia*, [S. L.], v. 9, n. 2, p. 99-116, out. 2019. Disponível em: <https://www.historiaeconomia.pt/index.php/he/article/view/80>. Acesso em: 02 maio 2024.

OLIVEIRA, Wesley Pereira de; TRINDADE, José Raimundo; FERNANDES, Danilo Araújo. O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil. *Ensaio Fee*, [S. L.], v. 35, n. 1, p. 201-230, out. 2013. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2774>. Acesso em: 16 abr. 2024.

PRADO, Débora Figueiredo Barros do; MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa do governo José Sarney (1985-1990). *Revista de Economia & Relações Internacionais*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 67-80, jan. 2010.

PADULA, R.; BROZOSKI, F. A AMAZÔNIA NO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO. *Revista Tempo do Mundo*, n. 27, p. 45-70, 18 mar. 2022.
PEREIRA, Osny Duarte. **A TRANSAMAZÔNICA: pros e contras**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971

PEREIRA, Osny Duarte. **A TRANSAMAZONICA: pros e contras**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. *Estudos Avançados*, [S.L.], v. 19, n. 54, p. 99-113, ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/6rH7ry46DBDFHWNQ3b8bsFh/>. Acesso em: 15 maio 2024..

SERRA, Maurício Aguiar; FERNÁNDEZ, Ramón García. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 107-301, dez. 2004. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/economia-e-sociedade/vol-13-n-2-f-23-p-208-392-dez-2004>. Acesso em: 15 abr. 2024

SILVA, Cátia Antonia da. Espaço e tempo em Milton Santos: Alguns elementos para a reflexão da História Social do Território. **Intellèctus**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/27661>. Acesso em: 12 abr. 2024.

SOUZA, C. A. M. de. MORTE, SAÚDE E DITADURA NA CONSTRUÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA. *Tempos Históricos*, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 65–91, 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/12702>. Acesso em: 10 maio. 2024.

VASCONCELOS, Claudio Beserra de. de. A Escola Superior de Guerra e as raízes da repressão política aplicada a militares após o golpe de 1964. **Antíteses**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 278–308, 2020. DOI: 10.5433/1984-3356.2020v13n25p278. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/35848>. Acesso em: 31 jul. 2023.

VIEIRA, Guilherme Henrick Benek; SOUZA, Priscila Silva de. O Tratado de Cooperação Amazônica e a Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável. **Revista de Direito Brasileira**, [S.L.], v. 4, n. 3, p. 383-399, 4 set. 2013. Conselho Nacional de Pesquisa e Pos-Graduacao em Direito - CONPEDI. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/2643>. Acesso em: 27 abr. 2024.